

UMA
AGENDA PELO
DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA



UMA AGENDA PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

Resumo executivo	4
Uma agenda pelo desenvolvimento da Amazônia	6
Quatro amazônias para (re)conhecer a Amazônia brasileira	14
Frentes de ações específicas	24
Frentes de ações estruturantes	56
Frentes de ações transversais	70
A iniciativa <i>Uma Concertação pela Amazônia</i>	88

RESUMO EXECUTIVO

Este documento é uma contribuição da iniciativa **Uma Concertação pela Amazônia** aos esforços de planejamento e propostas de ações pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia a partir da captura dos diálogos realizados no âmbito da rede. Valorizando outras iniciativas em curso e incorporando uma multiplicidade de perspectivas, pretende-se indicar algumas premissas, ambiguidades e possíveis caminhos para o futuro da região. Mais especificamente, ele foi preparado para dar subsídios a tomadores de decisão envolvidos em alguns eventos, processos e movimentos atuais, a exemplo da Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), da iniciativa Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030 e do contexto político-eleitoral 2022.

Nas próximas páginas são apresentados caminhos para o desenvolvimento da Amazônia partindo de um conjunto de ambições: o aumento da qualidade de vida para a população local, a valorização da dimensão cultural-identitária, o estabelecimento da região como grande removedora líquida de emissões de carbono, o reforço dos incentivos a todas as atividades econômicas (da pecuária extensiva ao extrativismo) que valorizem a floresta em pé, e o resgate e o fortalecimento dos princípios democráticos (especialmente para a sociedade civil, os povos indígenas e as comunidades tradicionais). Entre os **caminhos** propostos, estão:

- *A articulação entre recursos públicos e privados e conhecimentos em suas diversas naturezas e campos para alcançar multiplicação e escala;*
- *A valorização da experiência e dos saberes a partir de uma abordagem sustentada no tripé técnico-científico, sensível e cultural;*
- *A cooperação local-global;*
- *O reconhecimento da pluralidade e da diversidade amazônica.*

Além dos caminhos, é proposto um **quadro (framework)** que referencia didaticamente a Amazônia a partir de “**quatro Amazônia**”, com frentes de ações específicas, estruturantes e transversais:

Áreas conservadas	Áreas de transição	Áreas convertidas	Cidades
Premissas básicas			
Frentes de ações específicas			
Frentes de ações estruturantes			
Frentes de ações transversais			

Em termos de ocupação, de uso do solo e de oportunidades econômicas, as frentes de ações específicas, estruturantes e transversais estão orientadas pelos quatro *clusters* formados por áreas de **floresta conservada, áreas de transição, áreas convertidas e cidades**. Para que um conjunto de premissas para cada uma das “quatro Amazônia” seja observado, são necessárias ações específicas, agrupadas em seis frentes:

1. Economia 2. Instrumentos fiscais e mecanismos financeiros 3. Ordenamento territorial e regularização fundiária 4. Ciência, tecnologia e inovação 5. Infraestrutura 6. Questões indígenas

E para as seis frentes de **ações específicas**, assim como para as **ações estruturantes e transversais**, são elencadas **ações concretas** a partir das propostas e atuações dos integrantes da Uma Concertação pela Amazônia, apresentadas ao final desta publicação. Lado a lado ao engajamento da rede da iniciativa ao longo de 2020 e 2021, as ações concretas compõem a pulsação e o lugar de realização da visão compartilhada de desenvolvimento para a região amazônica.

Boa leitura!

UMA AGENDA PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

O desenvolvimento da Amazônia supõe o reforço constante da **compatibilidade entre a floresta em pé e o desenvolvimento econômico**. Ao longo dos diversos ciclos de exploração da região, o meio ambiente foi recorrentemente associado a barreiras para as atividades produtivas. Uma concepção contemporânea de desenvolvimento em áreas caracterizadas pelo alto capital natural e pela busca da justiça social, como é a região amazônica, precisa encontrar lastro em seus principais ativos: a floresta e os rios, com todos os elementos que os compõem – solos, águas, vegetação e animais, e as histórias e modos de vida. Do ponto de vista local, tal concepção deve encontrar conexão mais forte com a qualidade de vida de sua população.

Tratar o desenvolvimento da Amazônia também significa a compreensão de dois de seus principais denominadores comuns: **o uso da terra e dos recursos hídricos**.

Muito mais do que a propriedade, as formas do uso da terra são fundamentais à criação das condições para a manutenção da floresta em pé, para o ordenamento territorial e a adequada destinação do solo, para a criação de laços culturais e identitários entre pessoas e o meio ambiente, para a produtividade da terra por meio dos ciclos hidrológicos e rios voadores e para o incentivo a atividades econômicas baseadas na justa distribuição da riqueza gerada de forma transgeracional. Além disso, a **floresta em pé** como **ativo econômico e socioambiental** e também como **valor de natureza ético-normativa** é uma inspiração para a gestão das cidades a partir de soluções baseadas na natureza.

Os **rios amazônicos** e outros corpos hídricos estão ligados à constituição da cidadania local, ao acesso à saúde, a serviços essenciais (como previdência social), aos sistemas alimentares, à mobilidade das pessoas e à dinâmica da economia regional. E tudo isso considerando o ambiente de floresta, rural e urbano.

O uso da terra e o uso dos recursos hídricos têm igualmente relação com os temas do **desmatamento** e da **degradação ambiental**, que são centrais no debate sobre o modelo de desenvolvimento para a Amazônia. É sabido que o desmatamento é agravador de múltiplas crises na região. Dos anos recentes até o presente, acompanhamos a confluência de uma série delas, denominada a **tempestade**



Artista: Chermie Ferreira

¹ Diferentes marcos importantes reforçam a urgência de ação quanto ao chamado ponto de inflexão: o clamor dos indígenas pela conservação de 80% do bioma Amazônico, o Science Panel for the Amazon (SPA), o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (“Mudanças Climáticas 2021: a Base das Ciências Físicas”)

perfeita. Aumento do desmatamento, aproximação perigosa do ponto de inflexão (ou *tipping point*)¹, agravamento da pobreza, enfraquecimento ou interrupção de políticas estruturantes nos campos da saúde, educação, saneamento e infraestrutura (acesso à energia e conectividade, por exemplo), fragilidade democrática e restrição do espaço cívico de organizações e de indivíduos, intensificação de atividades econômicas ligadas a ilicitudes e ilegalidades, economia intensiva em carbono, perdas na biodiversidade e nos ecossistemas são componentes dessa tempestade. Um ambiente político-cultural tão destrutivo bloqueia o surgimento de iniciativas econômicas virtuosas apoiadas em tecnologias modernas para enfrentar os desafios ligados ao bem-estar nas áreas rurais, florestais e urbanas e à preservação e regeneração dos valiosos ativos florestais.

Além de representar o agravamento de crises regionais, o desmatamento na Amazônia coloca em risco tanto o compromisso (assumido pelo Acordo de Paris) de assegurar que o aumento da temperatura global média não ultrapasse 2°C, quando comparado a níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C, quanto a Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as metas de Aichi e do Marco Global de Biodiversidade pós-2020 em discussão na Convenção de Diversidade Biológica. Esses cenários impulsionaram a posição da Amazônia para o **centro da geopolítica global das mudanças climáticas e da biodiversidade**. E por quê?

Há muito tempo é sabido que a região é extremamente relevante não só para os brasileiros, mas para a população global. Os seus ativos e fluxos socioambientais são centrais para o **equilíbrio climático**, para a **conservação da biodiversidade**, para a **vitalidade dos serviços ecossistêmicos** (especialmente carbono e água e sua relação com a chuva e a produção de alimentos), para a saúde da estreita conexão entre as **dinâmicas pan-amazônicas** e para a **cultura regional**. De outra forma, a Amazônia também entrou no centro da geopolítica climática por estar construindo caminhos de inovação institucional em termos de **dinâmicas inter e intrarregionais e por meio da constituição de instâncias subnacionais, da ampliação da participação de atores não estatais e da descentralização das políticas ambientais** (a exemplo do Pacto de Leticia e do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal e do recém-lançado Plano de Recuperação Verde). Por fim, em meio a contextos globais e locais com incidência alta no desenvolvimento da Amazônia, há muitas formas pelas quais o Brasil impacta a Amazônia e que extrapolam as suas dinâmicas territoriais.

Assim, a relação do Brasil com a contemporaneidade passa pela Amazônia. A mudança do clima e as transformações estruturais da sociedade global no século XXI, em especial as provocadas pela tecnologia, intensificam **a posição da região na construção de um novo paradigma de desenvolvimento — para o Brasil e**

“Nunca conseguimos pensar a Amazônia como um projeto integrado. Ela precisa ser a base material de uma vida digna para as pessoas. Precisamos ter coragem e ousar fazer algo novo na Amazônia. Talvez uma tripla revolução. Uma revolução pelo conhecimento, uma revolução pela produção e uma revolução por novas formas de gestão e governança.”

(Simão Jatene)

para o mundo — pautado no capital natural, na redução das desigualdades e na valorização da cultura. Em movimentos ora sinérgicos, ora conflitantes, **a região coloca e retira o Brasil do cenário mundial e leva o país ao futuro**. A Amazônia é, assim, um fio que nos faz estar realinhados não só à contemporaneidade, mas ao mundo. Além disso, provoca um novo sentido de soberania (verde), associada ao saber cuidar e proteger o patrimônio natural do planeta.

Colocados os pontos acima, parece que estamos diante de uma **urgência de transição para um novo modelo de desenvolvimento** para a Amazônia. O maior desafio das sociedades contemporâneas (e o relatório do IPCC Grupo de Trabalho I ao Sexto Relatório de Avaliação (AR6), intitulado *Climate Change 2021: the Physical Science Basis* - trouxe a premência disso) é **transformar a relação entre economia e natureza** e a região tem condições privilegiadas para ser protagonista desse movimento. É aí que residem as **oportunidades para que seu crescimento econômico seja regenerativo dos tecidos sociais e naturais** que até aqui têm sido esgarçados pelas atividades que se colocam como predominantes. Essa regeneração tem o potencial de inspirar transformações que, por meio da pesquisa, da ciência e da inovação tecnológica, podem beneficiar não só o seu território, mas o conjunto do país.

Nesse sentido, uma questão posta é **para qual modelo** queremos migrar como sociedade. Em grandes linhas, a ambição pode ser formulada como o aumento da qualidade de vida para a população local, a valorização da dimensão cultural-identitária, o estabelecimento da região como grande removedora líquida de

2 A Amazônia como grande sumidouro de carbono ("large carbon sink") que viabiliza o Brasil a se tornar um país net zero.

emissões de carbono², o reforço dos incentivos a todas as atividades econômicas (da pecuária extensiva ao extrativismo) que valorizem a floresta em pé, e o resgate e o fortalecimento dos princípios democráticos (especialmente para a sociedade civil, os povos indígenas e as comunidades tradicionais).

Outra questão fundamental é como a transição será feita. Os seguintes pontos indicam caminhos:

- A afirmação da **Amazônia como solução, e não como problema**. Há um extenso reconhecimento dos problemas estruturantes e transversais da região, que persistem no tempo, no espaço e na paisagem, mas deve-se pensar em como a própria região traz as soluções para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, estreita-se a relação da Amazônia com a afirmação da democracia e com os compromissos climáticos. Também se estreita a relação da humanidade com a natureza e com o bem-estar ao considerar o território como provedor de serviços ambientais para o planeta, em propostas de desenvolvimento alinhadas à contemporaneidade.
- A declaração da **Amazônia como prioridade para o desenvolvimento sustentável do Brasil**. A Amazônia tem um papel importante no desenvolvimento nacional e fará isso por meio de soluções locais e regionais e por meio da apropriação da região pelo restante do país, com respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais.
- A **(re)conexão da Amazônia como identidade do ser brasileira e brasileiro**, que em si mesma abarca uma diversidade imensa (nas florestas, zonas rurais e urbanas). A floresta representa a ciência, o clima, a sociedade civil, a cooperação internacional e muitos outros aspectos na nossa nação. A região é fruto de sua interação com diversos grupos populacionais do Brasil que a constituem, a exemplo da população da região Nordeste. Junto à grande diversidade biológica, a Amazônia tem muito a ensinar sobre pluralidade social e interação indivíduo-natureza e outros modos possíveis de constituição de sociedade e de vida no planeta. Assim, a região pode inspirar outros modos de vida para os que não vivem nela. Por fim, os investimentos em educação e a valorização da cultura são fundamentais para incorporarmos a floresta à vida de quem nela vive e ao imaginário coletivo de todos os brasileiros.

“O que um brasileiro qualquer deveria saber sobre a Amazônia? Que a Amazônia é parte do Brasil, que os conflitos que lá ocorrem são conflitos da sociedade brasileira, apenas aparecem com mais clareza lá, pelas próprias particularidades geográficas da área; que a Amazônia não é um vazio demográfico.”

(Bertha Becker, 2004)

- Por representar a Amazônia um compromisso global, as soluções para a transição demandam a **articulação entre recursos e conhecimentos** em suas diversas naturezas e campos para alcançarmos:
 - » **multiplicação e escala** a fim de conjugar estratégias de iniciativas localizadas (e seu potencial multiplicador) a macroabordagens que alicerces uma política de Estado desfragmentadora e que vá além de ciclos políticos e lógicas partidárias;
 - » **reconhecimento e valorização** da experiência, dos conhecimentos e dos saberes a partir de uma **abordagem de paisagem** sustentada no **tripé técnico-científico, sensível e cultural**;
 - » **mobilização de recursos** públicos e privados e em formatos inovadores para viabilizar grandes iniciativas e programas de desenvolvimento, vencendo, portanto, a lógica de projetos;
 - » **cooperação local-global** aberta a inovações institucionais para gerar propostas para o desenvolvimento.

³ Essa estrutura é inspirada no trabalho de Danielle Celentano e Adalberto Verissimo, de 2007, em que analisaram o padrão “boom-colapso” no modelo de ocupação e avanço da fronteira na Amazônia, disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao-colapso/>. Ela foi inicialmente discutida em novembro de 2020 (6ª plenária) com todos os participantes da rede. Como será debatido adiante, essa é apenas uma lente, da mesma forma que Samuel Benchimol propôs uma formulação em torno de oito Amazôniaas.

- O reconhecimento da **pluralidade e da diversidade amazônica**, respeitando as diversas vozes e visões em torno do desenvolvimento da região.

Assim, assumimos que a Amazônia não comporta simplificações e que, do ponto de vista de paisagem, uma das suas possíveis visualizações seria partir de um quadro (**framework**) constituído por quatro Amazôniaas e que consideraria **caminhos e ações para a conciliação entre conservação e economia da floresta e a qualidade de vida de seus habitantes**³.

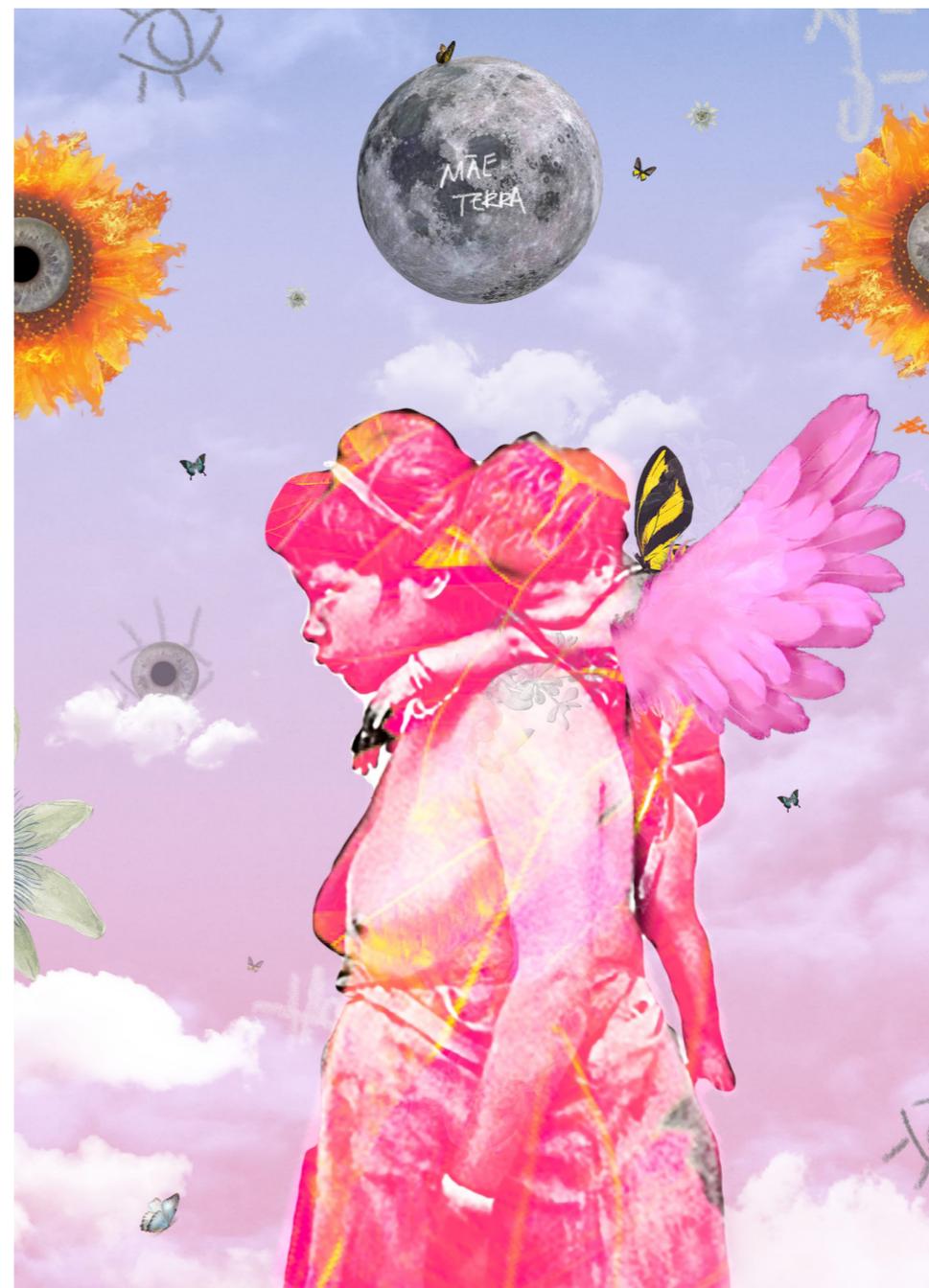
Ressalta-se que o quadro abaixo não esgota todas as ações a serem implementadas, mas considera a diversidade social e natural e, a partir disso, oferece uma referência para a elaboração de um plano inicial para qualquer intervenção que busque um impacto abrangente e perene. Deve-se também levar em consideração que as desigualdades socioespaciais são transversais às regiões e que devem ser tratadas de forma central em qualquer proposta de desenvolvimento que mantenha a floresta em pé.

Cabe notar também que tão importante quanto identificar as necessidades e ações específicas das quatro regiões delineadas é compreender a coexistência e a permeabilidade entre elas, considerando o intenso dinamismo de fluxos e fronteiras da Amazônia. Ainda, deve-se levar em conta as vocações socioeconômicas dos diferentes territórios amazônicos.

Por fim, a proposta das Quatro Amazôniaas é somente uma das muitas formas de se reconhecer a diversidade regional.

“Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem.”

(Nelson Rodrigues)



Artista: Rakel Caminha

QUATRO
AMAZÔNIAS
PARA
(RE)CONHECER
A AMAZÔNIA
BRASILEIRA

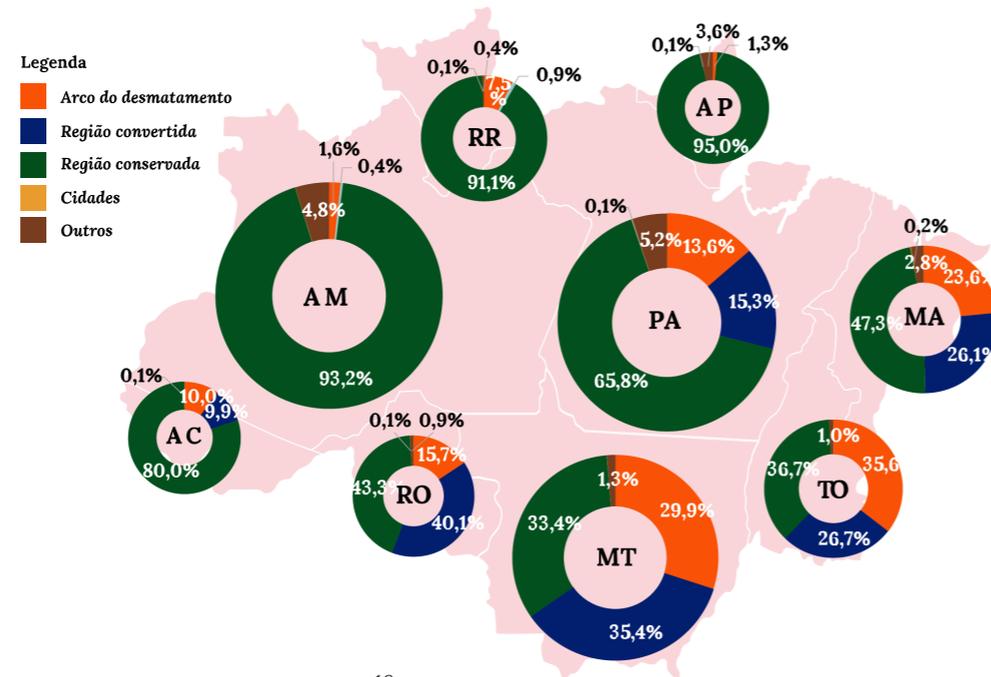


QUATRO AMAZÔNIAS PARA (RE)CONHECER A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia Legal compreende diferentes biomas e tipos de vegetação. A região abriga florestas de terra firme, de várzea e de igapó, além de lavrados e muitas outras fisionomias vegetais. Há tanto áreas de florestas conservadas, quanto áreas desmatadas, e áreas de transição entre as duas primeiras. Também inclui municípios que se assemelham a outros centros urbanos do Brasil.

Nesse contexto, ainda que qualquer tentativa de simplificação de uma realidade complexa seja passível de ajustes e complementações, uma caracterização que permita distinguir algumas sub-regiões é fundamental para identificar quais são as atividades predominantes, as necessidades específicas e ações prioritárias em cada uma delas.

Distribuição do território dos estados nas Quatro Amazônia - 2019



Fonte: MapBiomas.
Nota: Outros se refere à parcela do território que não pode ser classificada em nenhuma das categorias das Quatro Amazônia.



Artista: Chermie Ferreira

4 O termo transição pode ser entendido como sinônimo de áreas sob pressão. Ele não implica a teoria da transição florestal, por exemplo, prevê que os territórios que possuem ampla cobertura florestal passem por um processo caracterizado inicialmente pela conversão de florestas para outros usos, atingindo um limite inferior, a partir do qual volta a aumentar a área florestada, sob influência da dinâmica de setores urbanos, entre outros fatores. Para detalhes, veja Brandão, F., Moreira, T., Fonseca, F. (2021). *Recomendações para a consolidação do Plano Estadual Amazônia Agora para o horizonte de 2030*. Belém-PA: The Nature Conservancy (TNC), Center for International Forestry Research (CIFOR) e World Agroforestry (ICRAF). Entretanto, há que se reconhecer que a recuperação de florestas em terras antropizadas não equivale necessariamente à recuperação da biodiversidade. O porte arbóreo pode até ser recuperado em algumas décadas, mas potencialmente serão florestas empobrecidas em espécies e sem as mesmas redes de interação entre elas, se comparadas a florestas prístinas.

Em termos de ocupação, de uso do solo e de oportunidades econômicas, buscou-se caracterizar frentes de ações específicas para os quatro clusters formados por áreas de floresta conservada, áreas de transição⁴ (o que se convencionou chamar de “arco do desmatamento”), áreas convertidas e cidades. Também se explicitam frentes de ações transversais, que não se distinguem entre os quatro agrupamentos. Políticas de comando e controle e a garantia de uma ampla gama de direitos, inclusive proteção aos povos indígenas e comunidades tradicionais, por exemplo, devem compor uma agenda para a Amazônia Legal como um todo.

No entanto, na Amazônia conservada, a atividade predominante é a **conservação**, tendo a bioeconomia baseada na sociobiodiversidade (sociobioeconomia), com baixo impacto ambiental, como uma alternativa. Nesse caso, a premissa básica é de que a floresta intacta permaneça intacta. Já nas áreas de transição, a premissa envolve não apenas a contenção do desmatamento, mas também a regeneração, e a atividade predominante seria a extração de produtos florestais, madeireiros e não madeireiros, por meio de restauração florestal e do manejo florestal sustentável, também ligados à sociobioeconomia. Aqui é importante o conceito dos **mosaicos**, que consideram a existência de fragmentos florestais intercalados a outros sistemas produtivos, numa **perspectiva de paisagem** que prevê o uso equilibrado do solo, podendo também haver espaço para sistemas agroflorestais (SAF), sistemas de integração entre lavoura-pecuária-florestas (iLPF), assim como na região com vegetação nativa já convertida, onde a atividade predominante é essencialmente a **produção de commodities agrominerais**.

Nessas áreas, a premissa básica é a de que a rastreabilidade completa das cadeias de valor assegure o menor impacto ambiental possível. Finalmente, as cidades têm nos **serviços, indústrias e empreendedorismo** sua principal atividade econômica, que devem operar sob conceitos de sustentabilidade urbana, incluindo saneamento, economia circular e mobilidade, entre outros. É essencial destacar que, apesar de os núcleos urbanos apresentarem dinâmicas similares, torna-se artificial tratar um conjunto tão amplo como o das cidades amazônicas de maneira padronizada. Na Amazônia, a diversidade da floresta também invade o ambiente urbano, compondo um ecossistema próprio de situações urbanísticas que demandam políticas, programas e infraestruturas específicas, de forma que cada cidade e metrópole merece uma abordagem diferente. Assim, a heterogeneidade das cidades deve ser peça central na proposição de um novo modelo de desenvolvimento, correlacionando demandas sociais, econômicas e ecológicas às múltiplas formas de ocupação urbana.

Para que as premissas sejam observadas, são necessárias ações específicas, agrupadas em seis frentes:

01. Economia inclui modelos das atividades econômicas em si que passem a incorporar formas mais sustentáveis de produção

02. Instrumentos fiscais e mecanismos financeiros abarca instrumentos fiscais e mecanismos financeiros para orientar essa transição

03. Ordenamento territorial e regularização fundiária abrange a construção de políticas de Estado de longo prazo que contempla, entre outros, a destinação de áreas públicas, as concessões florestais e a consolidação de áreas protegidas; a construção de um sistema robusto de administração de terras; a integração das organizações que o compõem; o engajamento da sociedade; e a ativa coordenação da implementação em nível estadual

04. Ciência, tecnologia e inovação Ciência, tecnologia e inovação: envolve meios de promoção da ciência, tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento

05. Infraestrutura inclui o entendimento da natureza como infraestrutura, a infraestrutura de logística, o fluxo de pessoas, as conectividades, a infraestrutura da economia do cuidado

06. Questões indígenas contempla a proteção integral dos povos e das Terras Indígenas (TIs) e o apoio à elaboração e implementação dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial das TIs.

Além das seis frentes de ações específicas, é proposta também a atuação intensa em um conjunto de ações estruturantes e de ações transversais. Em sua maioria, elas estão estreitamente vinculadas a ações do Estado, mas demandam igualmente o exercício do controle social da sociedade para que atinjam mais efetividade para todos os grupos sociais.

O Quadro a seguir⁵ consolida temas ou focos para a concentração das ações específicas dessas seis frentes.

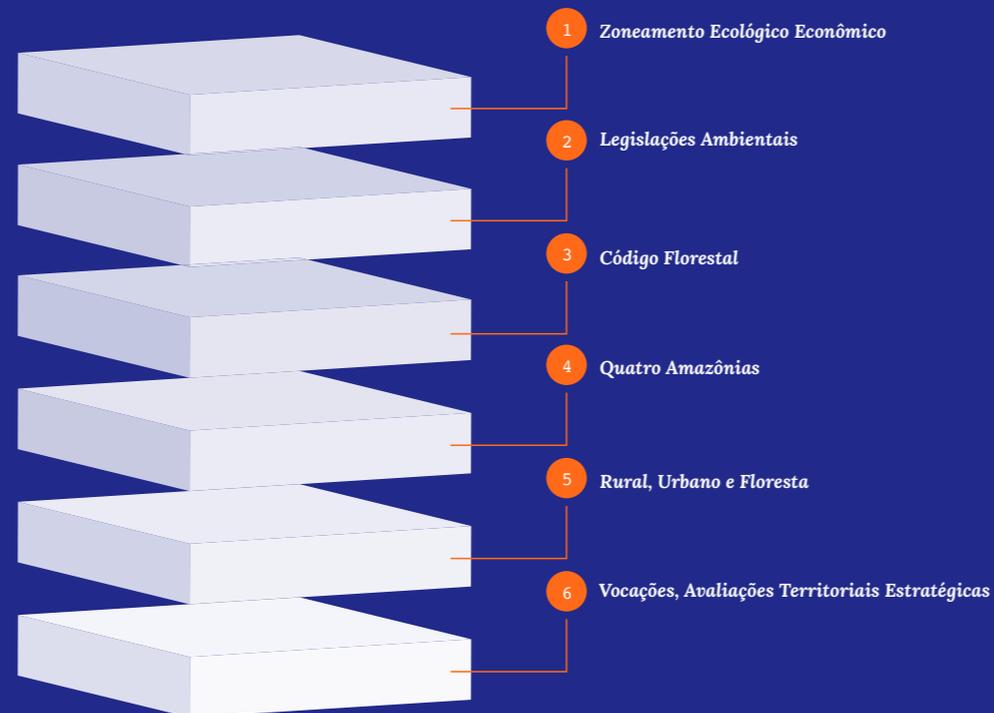
5. O Quadro foi debatido com os integrantes da Uma Concertação pela Amazônia durante uma plenária, encontro com frequência mensal da iniciativa. Como não são regiões estanques, é possível que algumas atividades ou temas incluídos em uma delas se apliquem a outras.

 Áreas conservadas	 Áreas de transição	 Áreas convertidas	 Cidades
Premissa básica <ul style="list-style-type: none"> A floresta intacta permanece intacta 	<ul style="list-style-type: none"> Contenção do desmatamento e regeneração da floresta e da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Rastreabilidade total assegura que externalidades negativas sejam minimizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da produtividade das atividades econômicas urbanas Sustentabilidade urbana (saneamento, circularidade, mobilidade etc.) Aplicação às cidades e sua infraestrutura das Soluções Baseadas na Natureza
Frentes de ações Específicas			
1. Economia <ul style="list-style-type: none"> Conservação florestal Sociobioeconomia Aceleradoras de pequenos negócios da sociobioeconomia, com uso de tecnologias Turismo Economia criativa Economia solidária 	<ul style="list-style-type: none"> Restauração florestal, soluções baseadas na natureza, integração com manejo sustentável, SAF, ILPF, sociobioeconomia Concessões florestais Silvicultura de nativas Turismo baseado na natureza Fortalecimento de cadeias agroalimentares já existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de commodities agrominerais Commodities com baixas externalidades inseridas em mosaicos de uso do solo que contemplem áreas de preservação e de produção Corredores ecológicos para manutenção de biodiversidade Restauração de ecossistemas Concessões florestais Máximo aproveitamento de produtos locais 	<ul style="list-style-type: none"> Serviços Indústrias Economia criativa Economia solidária Empreendedorismo Parcerias Público-Privadas (infraestrutura urbana, ex. saneamento básico)
2. Instrumentos fiscais e mecanismos financeiros <ul style="list-style-type: none"> Mecanismos financeiros voltados para a conservação, não limitados a carbono Projetos de REDD+ 	<ul style="list-style-type: none"> PSA, inclusive em adição ao Código Florestal (CF) Incentivos fiscais para a bioeconomia de baixo impacto 	<ul style="list-style-type: none"> PSA (externalidades positivas) Programas de incentivo à agricultura sustentável (ex.: Programa ABC) Incentivos fiscais e financeiros com contrapartidas para conservação Eliminação de financiamento a atividades não sustentáveis e, ao longo do tempo, não rastreadas 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos fiscais que relacionem indústria e serviços com atividades de conservação e distribuam benefícios para outras áreas da Amazônia Incentivos para a economia circular (ex: resíduos sólidos) Iniciativas urbanas inspiradas nas Soluções Baseadas na Natureza
3. Ordenamento territorial e regularização fundiária <ul style="list-style-type: none"> Arrecadação de terras públicas e registro no sistema de administração de terras Destinação de florestas públicas Consolidação e ampliação de Unidades de Conservação e terras indígenas Reconhecimento de direitos coletivos de outras comunidades tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> Arrecadação de terras públicas e registro no sistema de administração de terras Destinação de florestas públicas Unidades de Conservação e concessões públicas Ênfase na administração de terras com regularização fundiária de direitos individuais e coletivos e resolução de conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> Ênfase na administração de terras com regularização fundiária de direitos individuais e coletivos e resolução de conflitos Cumprimento integral do CF 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão dos Planos Diretores Amazônicos Incentivo à reocupação e restauração de imóveis desocupados e/ou deteriorados para alcançar os objetivos de cidades compactas e conectadas Regularização fundiária urbana
4. Ciência, tecnologia e inovação <ul style="list-style-type: none"> Aprofundamento do conhecimento da natureza e das culturas locais Tecnologias sociais Inclusão das populações locais, principalmente jovens 	<ul style="list-style-type: none"> Silvicultura de nativas Sustentabilidade de manejo Ciência aplicada à bioeconomia de baixo impacto 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento dos sistemas de rastreabilidade (blockchain, sensoriamento remoto, etc.) Desenvolvimento de tecnologias mais adequadas à integração commodities – floresta Sistemas alimentares compatíveis com a manutenção de biodiversidade Tecnologias e metodologias para mensuração de carbono em atividades relacionadas ao uso do solo e monitoramento da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos Economia circular Economia criativa Energia Representatividade de pesquisadores locais Expansão descentralizada de centros de pesquisa e inovação
5. Infraestrutura <ul style="list-style-type: none"> Logística básica, de baixíssimo impacto, para acesso a locais remotos, porém alta tecnologia para atender demandas a partir de concepções modernizadas, a exemplo do transporte fluvial 	<ul style="list-style-type: none"> Escoamento dos produtos da biodiversidade Infraestrutura verde, de baixíssimo impacto 	<ul style="list-style-type: none"> Logística limpa, portuária, rodoviária, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura verde associada à agenda de habitação (água, saneamento, mobilidade, parques, anéis de restauração, etc.) e com base em new building materials (baixo carbono, eficiência energética, etc.), de forma a aumentar o conforto dos moradores e reduzir o uso de produtos nocivos. Infra para cuidado, cultura e bem-estar Ações de adaptação às mudanças climáticas Integração dos sistemas de energia
6. Questões Indígenas <ul style="list-style-type: none"> Proteção integral das Terras Indígenas, de sua sociodiversidade e biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Retirada de invasores que ameaçam a integridade das Terras Indígenas situadas nas áreas de expansão da fronteira econômica na Amazônia 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação dos ecossistemas das Terras Indígenas que foram modificados ou invadidos 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de programas para a proteção das pessoas indígenas que residem nas cidades amazônicas, em especial de geração de renda e de proteção dos seus direitos
Frentes de ações estruturantes <ul style="list-style-type: none"> Ações de comando & controle do desmatamento e degradação ambiental (<i>rule of law</i>), incluindo combate a grilagem de terras e aplicação integral do Código Florestal Brasileiro Engajamento das populações locais na proteção dos recursos naturais, inclusive por meio de educação ambiental Fortalecimento da Formação Geral Básica e Educação profissionalizante, bolsas de estudos Acesso à saúde de qualidade (fortalecimento do sistema público de saúde) Segurança pública para todos Combate a ilegalidades e ilícitos Adaptação às mudanças climáticas 			
Frentes de ações transversais <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da governança na Amazônia Capacidades institucionais locais e do papel dos municípios Entidades subnacionais Interações com as instâncias de governança internacionais Valorização da cultura: Amazônia como patrimônio de altíssimo valor para a sociedade como um todo 			

Nota: ABC - Agricultura de Baixa emissão de Carbono; CF - Código Florestal; CET - Ciência e Tecnologia; ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta; PSA - Pagamentos por Serviços Ambientais; SAF - Sistemas Agroflorestais; REDD+ - Redução das Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal; conservação; manejo sustentável de florestas; e aumento dos estoques de carbono florestal.

Granularidades e o uso da terra na amazônia

A lógica das Quatro Amazônias é uma das formas de pensar e ordenar o uso e a propriedade da terra e as relações das pessoas na Amazônia. É fundamental que a relacionemos com outros instrumentos de ordenamento territorial, sempre considerando reflexões sobre em que áreas é possível intensificar o uso da terra, ter centros de concentração da população, prioridades para a preservação da floresta, etc.. E, acima de tudo, é necessário considerar os fluxos e dinâmicas dos povos, economia e natureza, além da mobilidade das fronteiras na Amazônia. A imagem abaixo ilustra alguns desses instrumentos:



Artista: Paula Sampaio

FRENTES

DE AÇÕES

ESPECÍFICAS

FRENTES

DE AÇÕES

ESPECÍFICAS



FRENTES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

1. Economia

O papel que a Amazônia tem no desenvolvimento nacional se observa por meio de diversas conexões com o restante do país, inclusive pela economia, mas a economia da região também depende do desempenho da economia nacional e global. Em 2018, a Amazônia Legal respondia por 9,8% do PIB total do país, que foi de R\$ 623 bilhões naquele ano, refletindo um aumento de 1,5 p.p. em relação a 2008. No entanto, ainda é uma participação inferior à representatividade populacional da região (15,8%). Além disso, o PIB per capita da região é 38,7% menor do que no resto do país. No Ranking de Competitividade dos Estados, nota-se que aqueles localizados na Amazônia se encontram entre as posições mais baixas, com uma ou outra exceção ⁶.

6. Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo Centro de Liderança Pública. Disponível https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/7589/1600170338Relatorio_Tenico_2020.pdf.

7. Plataforma Amazônia Legal em Dados, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8. Alfenas, F., Cavalcanti, F. e Gonzaga, G. (2020). Mercado de trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil. Amazônia 2030.

Assim como em todo o Brasil, **os Serviços apresentam maior participação na economia** da Amazônia e o mercado de trabalho na região tem pouca relação com a floresta. Avaliando-se a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Amazônia Legal em 2018, vê-se que 41,3% é proveniente do setor de Serviços, embora essa participação seja inferior à média do resto do Brasil (57,1%). Por outro lado, a participação da Administração Pública (24,2%) e da Agropecuária (11,9%) são consideravelmente mais elevadas na região do que no resto do país (com 16,7% e 4,5%, respectivamente) ⁷.

No mercado de trabalho, observa-se padrão semelhante. **O setor que mais emprega é também o de Serviços** (46% do pessoal ocupado), notadamente nas áreas de educação e saúde, na administração pública e em atividades financeiras, seguido do Comércio (21%), da Agropecuária (17%), da Indústria (9%) e da Construção (7%). No entanto, comparando-se com o resto do país, os estados da região se destacam por terem pessoas nos extratos mais baixos de renda muito dependentes de ocupações informais e de auxílios governamentais, ao mesmo tempo que os domicílios de alta renda recebem uma proporção bem maior de proventos de servidores públicos e militares⁸, reforçando que a **economia local depende em larga medida do setor público**.



9 *Idem.*

10 Dasgupta, P. (2021). *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*. London: HM Treasury.

Adicionalmente, é importante notar o **desalento entre jovens**. Embora seja normal haver menores taxas de ocupação e participação e maiores taxas de desemprego entre os jovens (entre 14 e 29 anos), as dificuldades de inserção desse segmento no mercado de trabalho na Amazônia são muito maiores do que no restante do país. Essa situação de vulnerabilidade põe em risco o **bônus demográfico** da região, isto é, a proporção de pessoas em idade de trabalhar em relação à população dependente, considerada um fator favorável ao crescimento econômico, redução da pobreza e aumento do bem-estar⁹.

O quadro descrito suscita a necessidade de formulação de políticas e programas direcionados à população jovem. Nesse sentido, existe a oportunidade de fortalecer a relação da **economia digital** e da **economia criativa e solidária** com a **floresta**, ampliando o acesso à internet para que também os jovens possam ser um elo entre as cidades — e o mundo — e a cultura da floresta.

Certamente, esses são alguns aspectos que podem influenciar a busca de um modelo de desenvolvimento baseado na conservação e regeneração de ecossistemas naturais, mas esse processo ainda requer o aprofundamento da compreensão sobre as **dinâmicas de interação entre a economia nacional e a economia amazônica**, contemplando uma variedade de determinantes, como a produtividade dos diferentes setores (agricultura, indústria, serviços), a competitividade em mercados internacionais, tendências em padrões de consumo, além de fatores como legislação ambiental e fundiária.

Diante do exposto, muitos esforços têm sido feitos para a proposição de uma matriz econômica renovada para a Amazônia. Essa proposição não pode ser feita sem se considerar movimentos e reflexões que têm permeado as políticas públicas por todo o mundo, entre elas a necessidade de revisão urgente das métricas de desempenho econômico para que incorporem o capital natural¹⁰ e a compatibilidade das medidas de recuperação com as respostas às múltiplas crises que enfrentamos, o que tem influenciado também instrumentos como o Plano de Recuperação Verde do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal. Reflexões dessa natureza devem permitir a construção de uma visão de futuro integrada para a região que vá além das atividades econômicas hoje restritas a cadeias simples baseadas no extrativismo ou no agronegócio, com incorporação de informação e inteligência à produção local. Nesse contexto, atenção crescente tem sido dispensada a formas de desenvolver a bioeconomia na Amazônia.

Bioeconomia se tornou um termo guarda-chuva para atividades econômicas que já se observam há séculos na Amazônia, bem como promessas que ainda encontram dificuldade para se provar economicamente viáveis. Mais do que um setor produtivo, que se define pela origem dos insumos ou pelos mercados a que se

destinam seus produtos, a bioeconomia se caracteriza por uma mudança na forma como as matérias-primas são produzidas e comercializadas, o que envolve maior agregação de valor aos produtos do extrativismo e mais equidade na distribuição desse valor entre os elos das **cadeias produtivas**. Nesse sentido, a bioeconomia envolve um conjunto de valores ético-normativos sobre a forma como a sociedade se relaciona com a natureza e suas consequências¹¹. Essa nova perspectiva permite uma maior aproximação com os modos de vida e produção local e levanta a necessidade de cuidado para observar que a economia das populações tradicionais da Amazônia se dá em um ritmo, tempo e lógica diferentes da economia de mercado realizada na maior parte dos grandes centros e do Ocidente como um todo. Com as expectativas de que a bioeconomia seja um motor de desenvolvimento econômico na Amazônia, tornam-se cruciais questões como: Quem irá lucrar, as populações locais ou as grandes empresas? Como será a distribuição de benefícios levando-se em conta o modo coletivo e associativista em que essas populações atuam? As comunidades rurais estarão preparadas para uma produção de maior escala? Mais do que isso: essas comunidades desejam produzir em maior escala?

Os tradicionais setores de agropecuária e florestas, por exemplo, continuam centrais para o desenvolvimento econômico. No entanto, os modelos de negócio hoje são fortemente influenciados por questões globais, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Novas oportunidades se abrem com a emergência de conceitos como **economia regenerativa, economia circular, soluções baseadas na natureza e pagamentos por serviços ambientais**. Preocupações com a segurança hídrica, alimentar / nutricional e energética, assim como com direitos humanos e equidade racial, étnica e de gênero, requerem um olhar integrado para as salvaguardas que deverão existir nas diversas cadeias de valor.

11 Abramovay, R. e Ferreira, J. (2021). *The new economy in the Amazon – Opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers*. Science Panel for the Amazon.

12 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (2021). *Notas Técnicas: Ciência, Tecnologia e Inovação na Bioeconomia Amazônica. Diretrizes para a Construção Conceitual da Bioeconomia no Amazonas / SEDECTI - AM, Manaus: Governo do Amazonas.*

Princípios da bioeconomia amazônica e as redes de conhecimento produtivo¹²

Considerando a complexidade da bioeconomia e seus mercados imperfeitos na Amazônia, em vez de tratarmos de cadeias produtivas, pode ser mais adequado se pensar em redes de conhecimento produtivo. No Amazonas, por exemplo, tais redes são fundamentais para se entender o estado da arte das estruturas de mercado da bioeconomia e construir mecanismos colaborativos que fortaleçam os princípios norteadores da bioeconomia amazônica, nomeadamente: conservação da biodiversidade; expansão das áreas florestadas biodiversas e sustentáveis; ciência e tecnologia voltadas ao uso sustentável da sociobiodiversidade; e diminuição das desigualdades sociais e territoriais.

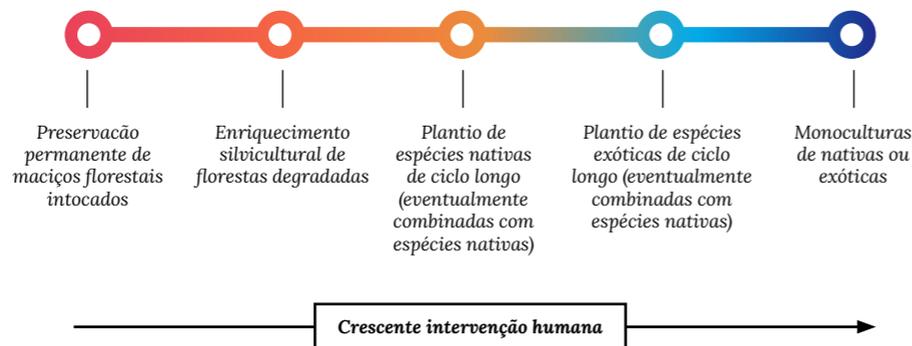
13 Veja o retrato temático disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Retrato-setorial-sobre-Bioeconomia.pdf>

14 O artigo que apresenta essa tipologia com mais detalhes está disponível em: <https://pagina22.com.br/2021/02/01/o-valor-da-diversidade-para-a-bioeconomia/>.

Desde as primeiras discussões promovidas no âmbito da **Concertação**, buscou-se compreender o significado de bioeconomia¹³, sobretudo no contexto de países tropicais. Em diálogo com o *framework* das Quatro Amazônia e reconhecendo a diversidade de interpretações, o grupo de trabalho que se dedica a esse tema na Concertação identificou distintas “frentes de promoção” da bioeconomia na Amazônia, a partir do conceito de contínuo (agro)florestal ilustrado abaixo. Esse exercício resultou em uma tipologia, que buscou apoiar uma compreensão mais ampla do tema, como um denominador comum e também considerando as relações entre as diferentes bioeconomias¹⁴.

Na Amazônia conservada, destaca-se o (neo)extrativismo, oferecendo bases para o desenvolvimento da bioeconomia associada à **sociobiodiversidade** – a sociobioeconomia. Na Amazônia convertida, as chamadas áreas consolidadas são usadas para o cultivo intensivo de algumas culturas e a pecuária – a **agrobioeconomia**. Entre elas, como sugere o gradiente da figura, há uma série de possíveis combinações, que podem incluir o manejo florestal sustentável, restauração com plantio de espécies exóticas e nativas, cultivo de alimentos e criação de animais, com diferentes níveis de integração e diversidade.

Transversalmente, cabe destacar o papel da **ciência, tecnologia e inovação**, que possibilita tornar mais complexos e integrados os arranjos produtivos, desde o extrativismo, passando pelo beneficiamento e processamento, até a utilização de moléculas e princípios ativos em processos industriais sofisticados. Essa transversalidade da tecnologia permite observar **sinergias entre as três vertentes**, por exemplo, com o desenvolvimento de biorrefinarias, que se inspiram na experiência do agronegócio, mas conversam com a diversidade de insumos da floresta, que, por sua vez, podem dar origem a bioinsumos capazes de substituir pesticidas e fertilizantes químicos e tornar mais sustentáveis as práticas agrícolas nas áreas convertidas.



Framework para bioeconomia na Amazônia (versão abreviada)

	Sociobioeconomia (baseada na sociobiodiversidade)	Bioeconomia de base florestal (baseada em manejo florestal)	Agrobioeconomia (baseada na produção de commodities)
Atividades predominantes atualmente	<ul style="list-style-type: none"> • Extrativismo • Neo-extrativismo • Agricultura de autoconsumo • Pesca 	<ul style="list-style-type: none"> • Silvicultura de florestas nativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Florestas plantadas • Agricultura comercial
Grau de antropização e volume de produção física	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Médio 	<ul style="list-style-type: none"> • Alto
Relação com a biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Alta dependência e alta contribuição para sua manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Média dependência 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa dependência da biodiversidade; plantações baseadas em monocultura contribuindo pouco, quando não ameaçando a biodiversidade
Relação com a mudança do clima	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de produção compatível com manutenção de estoque de CO₂ • Alta resiliência a efeitos da mudança do clima 	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de produção compatível com a manutenção de estoque de CO₂ 	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de combustíveis e materiais de base fóssil potencialmente reduz emissões, porém a produção em larga escala exerce pressão para conversão de florestas (ex. aqui também pode ser driver de desmatamento) bem como sobre outros recursos (hídricos, por exemplo) • Baixa resiliência a efeitos da mudança do clima
Ações para incentivar negócios da bioeconomia	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de áreas protegidas e de direitos sobre a terra • Fortalecimento de associações e cooperativas (agentes integradores nas cadeias) • Capacitação profissional (SENAI e SEBRAE; Rainforest Social Business School (UEA); Institutos Federais; Universidades federais e estaduais e institutos de pesquisa públicos e privados, como CETAM e IFAM) • Criação de rede de laboratórios fitossanitários e de qualidade de água • Criação da Bolsa de Mercadorias da Amazônia (para contornar assimetria de informação) • Fiscalização e padronização de produtos, com sistema de indicação geográfica de origem • Fortalecimento e ampliação da base de recursos humanos e infraestrutura laboratorial para pesquisas avançadas em biologia sintética, genômica e biomateriais. Ex.: Laboratórios Criativos da Amazônia e Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões • Desenvolvimento de negócios para fornecimento de insumos à indústria (B2B) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização para eliminação da ilegalidade • Consolidação de áreas protegidas • Adequação da legislação de concessões florestais para aumentar a segurança jurídica e viabilidade econômica, e ampliar as atividades sustentáveis, além do manejo sustentável de madeira • Adequação da legislação de concessões florestais • Ampliação das áreas de concessão florestal • Revisão de marcos legais e regras que impedem desenvolvimento da agrofloresta • Maior coordenação intersecretorial de políticas • Comunicação e difusão de conhecimento • Ter projetos “referência” • Investimentos em CT&I, inclusive bancos de sementes e viveiros certificados • Apoio à meliponicultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de práticas ambiental e socialmente sustentáveis para redução de externalidades negativas • Adequação dos programas de crédito para inclusão de critérios socioambientais como condicionantes • Restabelecimento do Zoneamento Agroecológico da Cana • Diversificação da produção visando à segurança alimentar • Desenvolvimento de tecnologias para produção em larga escala de commodities da biodiversidade amazônica. • Assistência Técnica e Extensão Rural
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de investimentos em P&D (pesquisa básica e aplicada) • Inovação no Zoneamento Ecológico Econômico incorporando bioeconomia (“Zoneamento Bioeconômico e Socioecológico”) • Infraestrutura (fornecimento estável de energia, logística, conectividade) • Desenvolvimento de bioindústrias • Desenvolvimento de startups de base tecnológica e de Bio-TIC • Fortalecimento das estruturas de governança para direcionamento dos recursos • Políticas para pagamentos por serviços ambientais • Coordenação de ações entre público e privado (desafio sistêmico) 		

Nota: B2B - Business to Business; B2B2C - Business to Business to Consumer; Bio-TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação voltada para a Bioeconomia e Biotecnologia; CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas; CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação; PDEI - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; UEA - Universidade Estadual do Amazonas; IFAM - Instituto Federal do Amazonas.

15 Lima Filho, F. L., Bragança, A., Assunção, J. (2021). Um novo modelo de negócios é necessário para aumentar a produtividade da pecuária na Amazônia. *Amazônia 2030*. <https://amazonia2030.org.br/um-novo-modelo-de-negocios-e-necessario-para-aumentar-a-produtividade-da-pecuaria-na-amazonia/>.

16 Externalidades negativas da indústria agropecuária incluem o desmatamento e degradação dos solos, contaminação ambiental e danos à saúde humana pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes, emissões de gases do efeito estufa, perda de biodiversidade e ameaça aos recursos hídricos, dentre outros. A busca pela sustentabilidade ambiental do setor passa essencialmente pela redução dessas externalidades, que pode incluir práticas de agricultura de baixo carbono, transição para sistemas agroecológicos e orgânicos, regularização ambiental de imóveis rurais, restauração de florestas e a gestão da pegada hídrica agroindustrial por meio, por exemplo, de tecnologias de irrigação mais avançadas e uso racional da água, bem como ações para a educação ambiental da população. Como exemplo de políticas nessa direção, temos o Plano Agricultura

“A chance de sermos inovadores está no uso sustentável da biodiversidade. A floresta Amazônica ainda não faz parte da bioeconomia contemporânea. O potencial é gigantesco. Mas o que os brasileiros querem da Amazônia?”

(Ricardo Abramovay)

A tipologia torna mais explícitos os *trade-offs* e os riscos da agenda de bioeconomia, como o de possível aumento líquido de emissões ou a perda de biodiversidade resultante da substituição de matérias-primas fósseis com o cultivo irrestrito de biomassa. A escala produtiva é frequentemente citada como um ponto de atenção, já que a expansão das áreas produtivas pode ameaçar áreas conservadas. Tais riscos devem ser reconhecidos e tornam fundamental o monitoramento de impactos diretos e indiretos. Em combinação com os princípios mencionados, isso permite distinguir, por exemplo, a **pecuária extensiva de baixa produtividade**, usada como instrumento de apropriação ilegal de terras públicas (grilagem)¹⁵, da **pecuária sustentável** e atividades que empregam tecnologias de sensoriamento remoto para rastreabilidade total da cadeia de valor, e desenvolver salvaguardas socioambientais e sistemas de monitoramento que assegurem a **minimização de externalidades negativas**.¹⁶

No primeiro caso, a baixa produtividade não é só consequência da falta de incorporação de tecnologia, pouco uso de insumos ou práticas de manejo adequadas, mas da própria instrumentalização da atividade pecuária enquanto vetor de especulação de propriedades invadidas. Além disso, é essencial a contenção do avanço da grilagem e do desmatamento ilegal, que se desenvolve principalmente por conta da insegurança jurídica, que estimula a especulação em detrimento da produtividade. Ações nesse sentido devem incluir políticas direcionadas, destinação de terras públicas e a implementação do Código Florestal, ao mesmo tempo que promovem a intensificação da atividade pecuária por meio da modernização da produção.¹⁷

Segurança alimentar na Amazônia

O domínio do setor agropecuário na região, bem como seu protagonismo no avanço do desmatamento sobre áreas conservadas, se relaciona de forma complexa com o peso da atividade na balança comercial brasileira e suas intersecções com um dos temas centrais da agenda de direitos: a segurança alimentar da população amazônica. Apesar da posição de destaque de estados da Amazônia Legal, como Mato Grosso e Pará, na produção pecuária e de grãos, respectivamente, a região Norte segue apresentando os piores índices de segurança alimentar do Brasil, com 57% dos domicílios particulares enfrentando algum nível de insegurança alimentar¹⁸. A grande produção agroindustrial brasileira, por sua vez, é primariamente representada por safras de milho e soja, que têm como principal destino a produção de ração animal ou a exportação¹⁹. Por outro lado, a demanda de alimentação dos rebanhos, bem como os impactos decorrentes das mudanças de uso do solo, torna o consumo de carne um hábito que sobrecarrega ecossistemas por sua intensidade de uso de recursos naturais. O acesso da população brasileira à proteína animal, porém, é extremamente desigual, principalmente dado que um dos fatores centrais da insegurança alimentar no país é a falta de capacidade econômica para a compra de alimentos. Assim, apesar da imensa biodiversidade presente no território amazônico, a cultura alimentar local é cada vez mais permeada por alimentos ultraprocessados, caracterizados pela baixa oferta nutricional. Ainda que a agropecuária seja responsável pela maior parte dos empregos na Amazônia Legal – 1,7 milhão de pessoas, ou 15,9% do total –, a importância relativa do setor vem diminuindo nesse quesito, apresentando uma redução de

16% nas pessoas ocupadas entre 2012 e 2019, muito em função da mecanização das lavouras. Além disso, o número de ocupados não se traduz em qualidade de emprego, com os trabalhadores do setor agropecuário estando submetidos a níveis de renda precários e baixas taxas de formalização²⁰. Garantir segurança alimentar na Amazônia só será possível em conjunto com mecanismos que promovam geração de renda e inclusão social da população, em oposição ao avanço desenfreado da fronteira agrícola. Historicamente, políticas públicas em agricultura no Brasil priorizaram grandes propriedades em posse de pequenos grupos, faltando apoio para a consolidação de uma cultura rural que valorize os agricultores familiares. Mesmo assim, a produção familiar é responsável por grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, principalmente ao se considerar a proporção das terras agricultáveis que ela ocupa²¹. Segurança alimentar para a população amazônica também inclui a floresta em pé e regenerada, dado que é da própria floresta que irão surgir novas oportunidades de renda, trabalho e autonomia nutricional. Um exemplo são os sistemas agroflorestais, que na Amazônia permitem um melhor manejo das práticas produtivas e a possibilidade de uma produção diversificada, misturando árvores nativas e frutíferas em um sistema de lavoura contínuo, que respeita melhor os tempos da floresta, emite menos gases do efeito estufa e confere ao agricultor maior resiliência. Por outro lado, o papel do setor agroindustrial na garantia de segurança alimentar passa pela busca da intensificação da produtividade agrícola de forma a conter a expansão da área cultivada, bem como a contenção do desmatamento ilegal em conjunto com a proteção dos ecossistemas.

de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que promove a mitigação das emissões de GEE e adaptação à mudança do clima no setor agropecuário.

17 Lima Filho, F. L., Bragança, A., Assunção, J. (2021).

18 IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da segurança alimentar no Brasil.

19 Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Associação Brasileira das Indústrias de Milho (Abimilho).

20 Alfenas, F., Cavalcanti, F. e Gonzaga, G. (2020).

21 IBGE – Censo Agropecuário 2016-2017. A agricultura familiar foi responsável, por exemplo, por 31% dos bovinos, 45,5% das aves, 51,4% dos suínos, 70,2% de caprinos, 23,1% da produção de feijão, 69,6% de mandioca, 48,5% de banana, 78,7% de açaí, além da maior dos produtos hortícolas e de algumas espécies frutíferas.



Artista: Rui Machado

Quanto às consequências para os negócios, nota-se que em cada domínio há implicações sobre a escala de produção e necessidades e formas de financiamento, já que os projetos que envolvem o uso da biodiversidade apresentam diferentes relações entre risco e retorno para investidores. Já na perspectiva de políticas públicas, uma abordagem integrada deve adotar um compromisso claro com a proteção da biodiversidade e do clima. O Brasil conta com políticas que apoiam a bioeconomia sob diferentes perspectivas (ciência e tecnologia, agricultura familiar, desenvolvimento regional, energia, entre outros), porém sem coordenação mais ampla²².

A reflexão sobre os modelos de negócios que agregam valor à floresta em pé se estende à área urbana, pois envolve o entendimento não apenas dos recursos genéticos da floresta ou dos produtos florestais em si, mas também da valorização de resíduos – agroflorestais e urbanos – sob a **lógica da circularidade**, já que vem se fortalecendo globalmente a noção de bioeconomia circular na expectativa de diálogo com as restrições cada vez maiores de disponibilidade de recursos naturais. Além disso, apoiadas por ações de fortalecimento da educação e da valorização cultural, as cidades podem se consolidar como motores de desenvolvimento econômico local.

As oportunidades também se estendem a **serviços** de comercialização, logística, sistemas de monitoramento e certificação, além dos próprios serviços ambientais. Esses elementos favorecem o surgimento de novos negócios, envolvendo inclusive *startups* de base tecnológica, apoiadas por incubadoras e aceleradoras. Para que esses novos negócios sejam economicamente viáveis, é preciso que tanto externalidades negativas quanto positivas sejam explicitamente reconhecidas.

Além da dimensão ético-normativa mencionada, o grande diferencial da bioeconomia em relação ao modo como as atividades primárias se desenvolveram na região é a capacidade de agregar valor aos produtos agroflorestais, o que pode ser alavancado com incentivos à **economia criativa** por meio da valorização de atividades como o turismo, a gastronomia e a produção audiovisual, e ao **processamento industrial com uso de tecnologia avançada**²³, fortalecendo a relação entre a Amazônia urbana e as demais.

No entanto, o debate sobre o papel da indústria no desenvolvimento da Amazônia nem sempre esteve voltado à valorização dos recursos da floresta. A Zona Franca de Manaus (ZFM), em seu modelo mais atual, foi então estruturada para atrair empresas com incentivos fiscais em 1967. Embora três polos – industrial, comercial e agropecuário – tenham sido previstos, as atividades da ZFM terminaram concentradas no Polo Industrial de Manaus (PIM), onde atualmente 450 empresas empregam aproximadamente 500 mil pessoas direta

²² Nesse sentido, recentemente a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura publicou um posicionamento defendendo a elaboração de uma política nacional para a bioeconomia. Veja em: <http://coalizaobr.com.br/home/index.php/posicionamentos/item/1252-forca-tarefa-de-bioeconomia-da-coalizacao-define-posicao-e-propostas-de-acoes-sobre-o-tema>.

²³ Ver retrato temático Bioeconomia no contexto da ZFM: <https://concertacaoamazonia.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Retrato-setorial-sobre-PPBio-e-ZFM.pdf>.

24 *Um panorama das controvérsias e propostas sobre a renovação da ZFM é apresentado no retrato setorial disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/conhecimento/> (Eixo 5 - Atuação Empresarial).*

25 Schutze, A., Holz, R. e Assunção, J. (2021). *Aprimorando a Zona Franca de Manaus: Lições da Experiência Internacional*. Projeto Amazônia 2030. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/aprimorando-zona-franca-manaus/>.

e indiretamente, com um faturamento concentrado em poucos produtos, como televisores, celulares e motocicletas.

A falta de diversificação produtiva da ZFM tem sido um dos principais focos de discussão a respeito da modernização do modelo, que nada ou pouco tem a ver com as potencialidades da região. Além disso, discute-se o papel de Manaus enquanto centro concentrador de pessoas e capital, resultando no esvaziamento do interior do estado e aumento das desigualdades. Por conta de requisitos de nacionalização da produção e custos de logística, muitas linhas de produção instaladas no PIM só se sustentam na base de incentivos fiscais, não se traduzindo em ganhos de produtividade e competitividade para o país, com a ZFM se distanciando cada vez mais das tendências tecnológicas globais.

As críticas ao modelo são muitas, mas se relacionam principalmente à percepção de uma renúncia fiscal muito elevada — em 2018, o gasto tributário foi de R\$ 26,36 bilhões, equivalentes a 26,95% dos gastos federais com a indústria —, bem como o número e a remuneração dos empregos gerados, ainda que sejam formais. Por outro lado, argumenta-se que a ZFM gera consideráveis receitas ao estado do Amazonas e ao Governo Federal, além da contrapartida pela produção de bens de informática, que somaram quase R\$ 700 milhões em 2016.

Grosso modo, o modelo de 1967 permanece inalterado, não havendo atualização ou aperfeiçoamento de seus objetivos, tampouco da gestão dos incentivos concedidos, mas a concessão de benefícios teve seu prazo prorrogado três vezes, valendo agora até 2073. Assim, discutem-se algumas propostas que compartilham o foco no desenvolvimento regional a partir da perspectiva do uso sustentável da biodiversidade local e da diversificação econômica, mas diferem entre si quanto aos mecanismos propostos, à intensidade e velocidade das mudanças e ao direcionamento de recursos. Enquanto algumas enfatizam a necessidade de melhor governança das contrapartidas, outras propõem investimentos em infraestrutura para alavancar as indústrias da bioeconomia, transformação digital, ecoturismo e piscicultura. Nesse sentido, as propostas se concentram na complementação das atividades atuais, ou seja, apoiam a continuidade do atual perfil, porém aliado a novas cadeias produtivas locais²⁴.

Alcançar a verdadeira renovação passa primeiro pela definição clara de uma identidade para a ZFM, o que permitiria o alinhamento de seus objetivos e políticas de incentivo. Atualmente, o modelo se localiza entre um híbrido de zona franca e zona empresarial, que não tem como foco nem o mercado internacional,

nem explicitamente o desenvolvimento regional, e termina por falhar em ambas as direções de atuação²⁵.

Outra atividade relevante que deve continuar a ter relevância é a **mineração**, cujo papel nas estratégias de desenvolvimento da Amazônia propiciou a produção de minério de ferro, bauxita e manganês, entre outros. Durante as últimas décadas, houve a expectativa de que as atividades mineiro-metalúrgicas constituíssem um elemento estruturador do desenvolvimento regional, o que nem sempre se verificou.

De todo modo, a arrecadação associada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em 2020, somou R\$ 3,2 bilhões na região. O desenvolvimento cuidadoso das atividades minerais fora de áreas protegidas e terras indígenas, seguindo boas práticas, deverá continuar importante para a economia da região, na medida em que a demanda por diversos minerais para infraestrutura de energia sustentável e equipamentos de processamento de dados e comunicação será crescente nas economias digitais alinhadas aos objetivos de descarbonização.

Esse desenvolvimento exigirá pesquisa de novos ativos minerais, bem como o aprimoramento do atual arcabouço legal de mineração. A prática em terras florestadas é uma questão delicada, que envolve também usos culturais dos recursos minerais. Atualmente, a fronteira do garimpo avança sobre áreas protegidas na Amazônia, causando não só danos ao ambiente, como aos direitos existenciais dos povos indígenas. Em 2020, o Brasil exportou mais de 110 toneladas de ouro, correspondentes a US\$ 4,9 bilhões, porém 17% desse volume têm origem ilegal²⁶, utilizando falsas declarações de origem do minério, as Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs). Para combater esse tipo de crime, indica-se implementar sistemas de controle mais transparentes e rigorosos (com a revisão de regras para renovação de solicitações de pesquisa de lavra, por exemplo), como também atribuir àquele que se beneficia pela compra do minério a responsabilidade civil e criminal pela ilicitude de sua origem²⁷. Além das responsabilidades diretas da Agência Nacional de Mineração, que tem controle sobre a emissão das PLGs, cabe notar que leis e atos regulamentares do Banco Central do Brasil (resoluções, portarias etc.) conferem a essa autarquia larga atuação no controle das transações com ouro de garimpo, sobretudo junto às Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários²⁸. A repressão da mineração ilegal, bem como a concepção de arranjos de compensação adequados para a operação legal, incluindo tributação justa, são essenciais, e os povos indígenas e comunidades afetadas precisam participar dos processos decisórios.

26 Instituto Escolhas (2021). *Brasil exporta ouro ilegal*. <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/Brasil-Exporta-Ouro-Illegal.pdf>.

27 Manzolli, B. et al. (2021). *Legalidade da produção de ouro no Brasil*. Belo Horizonte: IGC, UFMG. Disponível em: http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Manzolini_Rajao_21_Illegalidade%20cadeia%20do%20Ouro.pdf.

28 *Recomendações completas do Ministério Público Federal disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/1001432-50-2021-4-01-3908-3-94-assinada.pdf>*.

2. Instrumentos fiscais e mecanismos financeiros

A análise das receitas e despesas dos estados da Amazônia Legal revela que os governos locais têm pouca margem para executar investimentos em logística e infraestrutura social, em gestão ambiental e em ciência e tecnologia. Pelo lado das receitas, entre os anos de 2014 e 2019, houve quedas significativas nas operações de crédito (58,7%) e nas transferências de capital (75,6%), devido ao arrocho realizado pela União para conter a crise fiscal. Pelo lado das despesas, 93,6% dos recursos públicos estão comprometidos em apenas cinco agregados²⁹. A situação fiscal debilitada dos estados nos conduz à reflexão sobre como financiar a transição e lança luz sobre o papel de recursos privados, bem como tendências no setor financeiro, nos investimentos privados e na filantropia.

Em muitos casos, a viabilidade econômica de projetos sustentáveis só se concretiza com incentivos fiscais, subsídios ou monetização dos serviços ambientais que eles asseguram. Nesse sentido, a política fiscal tem papel fundamental para orientar a transição desejada, por meio de contrapartidas conectadas à conservação dos ecossistemas. Atualmente, por exemplo, menos de 3% dos recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece R\$ 2 bilhões em crédito rural subsidiado na Amazônia, é utilizado para financiar as atividades de produção sustentável na região³⁰. Além disso, uma medida crítica é conter a pecuária extensiva que desmata, degrada e repete o ciclo. Para além da rastreabilidade, existem outras propostas, como atrelar a concessão de crédito rural público ao aumento de produtividade³¹. De forma semelhante, a especulação fundiária também pode ser desincentivada com o uso de tributos, como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)³². Portanto, é fundamental que se discutam **mudanças no direcionamento dos subsídios** que hoje financiam atividades de baixa produtividade e que exercem pressão sobre o desmatamento para que estejam alinhadas a critérios de sustentabilidade e agregação de valor.

Os serviços ambientais prestados pela floresta beneficiam pessoas e setores produtivos em regiões distintas do continente e do mundo. A discussão sobre **Pagamentos por Serviços Ambientais** (PSA) deve, assim, ser conduzida de maneira abrangente, visando à geração de renda para a Amazônia como um todo. Para isso, é fundamental que se aprofunde o entendimento sobre os ciclos hidrológicos e a capacidade de absorção de carbono, entre outros, para que a eventual remuneração de atividades que os apoiam tenha lastro.

No campo da regulação, a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), instituída pela Lei nº 14.119, em 13 de janeiro de 2021, é um avanço nessa direção, porém carrega uma grande fragilidade ao não garantir a existência de recursos para sua implementação. Uma vez assegurada a fonte de receita, ainda é necessário definir a governança e destinação dos recursos, seja via investimentos, incentivos ou compensações. No entanto, é importante reconhecer a possível limitação de mecanismos como PSA e as promessas da bioeconomia, sobretudo no curto prazo, para que se estabeleça um debate franco sobre **instrumentos de distribuição de renda e redução da pobreza** nas Quatro Amazonas, considerando aprendizados de políticas já implementadas no passado, como o Bolsa Floresta. A redução da desigualdade pode funcionar como motor da inovação e de ganhos de produtividade com trabalho e capital alinhados.

No setor privado, movimentos semelhantes ocorrem para que os serviços ambientais sejam explicitamente reconhecidos nas avaliações financeiras. O *framework da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD) é um exemplo de como atores públicos e privados podem trabalhar visando a incorporar a biodiversidade nas análises de risco de instituições financeiras, assim como faz a *Task force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), na introdução de avaliação de riscos e medidas de mitigação ligados às mudanças climáticas.

De fato, o setor financeiro global passa por uma transformação com a ascensão de práticas Ambiental, Social e Governança (ASG) e inovações que envolvem desde a criação de moedas até novas formas de gestão e compartilhamento de informações. A incorporação do capital natural nas contas nacionais e nas métricas de sucesso econômico é o próximo passo. Observa-se já uma profusão de instrumentos inovadores surgindo sob rótulos como financiamento climático e títulos verdes. É preciso, então, avaliar como as transformações almejadas nos modos de produção e consumo – direta ou indiretamente ligadas à conservação de ecossistemas – dialogam com essas tendências.

No Brasil, os três maiores bancos privados vêm discutindo há mais de um ano estratégias específicas para a região. Nesse contexto, a sociedade civil tem papel igualmente importante para o aprimoramento desses instrumentos, que envolve inclusive mitigar o risco de maquiagem (*greenwashing*), crescentemente denunciado à medida que as empresas e instituições financeiras publicam seus compromissos em ASG.

Na Amazônia, a inovação no financiamento se torna ainda mais necessária, no intuito de reconhecer os diferentes “tempos” dos investimentos, que decorrem

²⁹ A análise da situação fiscal dos estados na Amazônia está disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/conhecimento/Eixo3-RecursosFinanceiros>.

³⁰ Conexsus (2021). *Finanças que impactam - Estudo sobre oportunidades de financiamento para a cadeia da castanha-do-brasil*. Disponível em: <https://www.conexsus.org/website/wp-content/uploads/2021/04/cx-estudo-sobre-oportunidades-de-financiamento-para-a-cadeia-da-castanha-do-brasil.pdf>.

³¹ Barreto, P. (2021). *Políticas para desenvolver a pecuária na Amazônia sem desmatamento*. Projeto Amazônia 2030. Disponível em: https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/09/pecuaria-extrativa_final_Paulo-Barreto-1.pdf.

³² Pereira, R.; Barreto, P. e Baima, S. (2019). *Municípios amazônicos poderiam arrecadar mais impostos de proprietários rurais*. Belém: Imazon.

33 Nesse sentido, vale destacar a realização do Fórum de Inovação em Investimentos na Bioeconomia Amazônica (F2iBAM), realizado pela Concertação em parceria com o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal em junho de 2021. O evento constituiu um importante espaço de articulação entre iniciativas de bioeconomia na região e seu conteúdo pode ser acessado em: <https://pagina22.com.br/forum-de-inovacao-em-investimentos-na-bioeconomia-amazonica/>.

tanto dos ciclos da natureza, quanto de fatores como deficiências em logística e capacitação e a criminalidade, que aumentam o risco financeiro, além de comprometer o retorno socioambiental. Assim, é fundamental mobilizar diversos tipos de capital para catalisar investimentos e adaptar as relações risco-retorno para os diversos tipos de atores, de pessoas físicas a investidores institucionais.

Nesse sentido, têm se multiplicado experiências envolvendo **estruturas mistas de financiamento** (*blended finance*) em que recursos não retornáveis assumem o risco da fase inicial dos negócios de impacto ou provêm recursos para apoio financeiro, administrativo ou de capacitação. Grandes oportunidades existem para fortalecer os programas da cooperação internacional com o auxílio do ecossistema local de investimento de impacto que vem se desenvolvendo nos últimos anos. Para isso, é necessário que a filantropia, bem como os recursos de bancos de desenvolvimento assumam novos papéis na mitigação de risco, disponibilidade de capital semente, incubação e aceleração de negócios de impacto para alavancar investimentos privados³³.

As mudanças observadas nas instituições financeiras e nas inovações envolvendo investidores privados, cada vez mais sensíveis à pauta socioambiental, não prescindem de uma política de Estado para a Amazônia que oriente os diversos atores, públicos e privados, mobilize recursos financeiros e não financeiros, e permita que espaços sejam construídos e ocupados pela sociedade civil para a construção de soluções inovadoras e consecução dos objetivos dessa política.

3. Ordenamento territorial e regularização fundiária

Grande parte do debate sobre regularização fundiária na Amazônia tem acontecido no âmbito da proposição de leis sobre o tema, de 2016 até o presente. A premissa da discussão é que a regularização fundiária não avança pela ausência de boas leis. O grupo de trabalho (GT) em Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária, integrante da Concertação, tem entendimento distinto: o tema não avança devido a ações estruturantes que limitam a execução das leis. Portanto, a superação dos muitos gargalos passa pela construção de políticas de Estado de longo prazo, construção de um sistema robusto de administração de terras, integração das organizações que o compõem, engajamento da sociedade e ativa coordenação da implementação em nível estadual.

O caos fundiário brasileiro tem origem histórica na combinação entre a desigualdade na distribuição de terras e na desordenada ocupação territorial, além da incapacidade de implementar uma política pública de terras. A falta de um sistema de administração de terras resultou em sobreposições de títulos de propriedade e posse sobre uma mesma área e facilitou a apropriação ilegal de terras públicas (grilagem). Não raras foram as ocupações incentivadas, sem o devido acompanhamento das condições necessárias à consolidação do direito à propriedade ou a verificação do atendimento à função social da terra. A insegurança remanesceu apesar das diversas iniciativas destinadas à promoção do ordenamento territorial e ao reconhecimento de direitos, inclusive por meio de reforma agrária e de mecanismos legais de discriminação de terras públicas.

Existem vários gargalos que dificultam o avanço célere e efetivo da agenda de ordenamento territorial e regularização fundiária no Brasil. Eles refletem questões de infraestrutura, de qualidade dos dados, de suporte aos órgãos públicos, de padronização de procedimentos de consulta e tomada de decisão, de informalidade do mercado de terras e de falta de monitoramento e punição para as infrações associadas à ocupação e ao desmatamento ilegal de terras públicas. Reconhecer os obstáculos do ordenamento territorial e regularização fundiária é necessário para propor ações de superação.

Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária, além de ser um tema complexo por sua origem histórica e de possuir diversos empecilhos, é também permeado de ambiguidades. **Por isso é primordial que a sociedade amazônica e brasileira discuta e faça suas escolhas a fim de nortear ações de implementação, tais como:**

- **Usos do território** para atender simultaneamente os objetivos de conservar o meio ambiente, providenciar serviços ecossistêmicos, prover os meios de vida das populações tradicionais, preservar o etnoconhecimento e promover o desenvolvimento sustentável, a eliminação da pobreza, a fixação da população, o aumento do nível educacional, de saúde e da renda per capita.
- **Prioridades na implementação da regularização**, a fim de definir, por exemplo, se se deveria focalizarem ocupações anteriores a 2008 ou em todas as ocupações até o presente em propriedades com até 4 ou 6 módulos fiscais ou naquelas com até 1.500 hectares, em novos títulos ou no saneamento de títulos antigos sem registro no sistema de administração de terras, que põem em xeque a segurança jurídica dos novos títulos.

34 Ver propostas detalhadas no Texto para Discussão do GT Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária “Ordenamento territorial e regularização fundiária na Amazônia: do caos à superação” (no prelo).

- **Ênfase no ordenamento e na regularização de direitos individuais e coletivos**, visto que, no momento, o foco tem sido o primeiro público por ser um processo mais expedito, se comparado ao segundo, porém que reforça o processo de vulnerabilização de comunidades.
- **Grau de controle pelo Estado e pela sociedade**, uma vez que a regularização simplificada significa menos controle pelo estado e também aumento do risco de violência no campo; a regularização descentralizada implica menos controle pelos governos federal e estadual e, por outro lado, mais controle no âmbito municipal; o monitoramento de cláusulas resolutivas que condicionam a emissão do título definitivo de propriedade da terra leva a mais controle e custo adicional pelo estado; a participação social significa mais controle pela sociedade e requer construção prévia de capacidades e de um espaço de confiança.

O que fazer para superar o caos fundiário? Cinco rotas de intervenção são capazes de, em conjunto, alcançar um nível de ordenamento territorial que pode satisfazer três objetivos simultaneamente: promover o desenvolvimento econômico da Amazônia, proteger direitos de grupos vulneráveis e conservar o meio ambiente. São elas:

1. Tornar o Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária uma política de estado;
2. Implementar um robusto sistema de administração de terras;
3. Integrar as instituições públicas que compõem o sistema de administração de terras;
4. Garantir a participação social no ordenamento do território;
5. Reafirmar o papel dos governos estaduais enquanto coordenadores das ações nos territórios.

Espera-se que o setor privado e a sociedade civil contribuam com os avanços na esfera pública manifestando apoio, qualificando o debate, aportando recursos técnicos e financeiros, monitorando cadeias de suprimentos para identificar os infratores da lei e desempenhando um papel ativo nas instâncias de participação social.

O ordenamento territorial e a regularização fundiária são possíveis e necessários ao desenvolvimento da Amazônia³⁴.

4. Ciência, tecnologia e inovação

A consolidação de um sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) na Amazônia passa não somente pelo entendimento de suas **carências históricas**, que se refletem em lacunas atuais e de impacto significativo no desenvolvimento regional, como também pela compreensão de fatores que, ao longo do tempo, moldaram as percepções e proposições que hoje caracterizam o território e suas expressões físicas, sociais e econômicas. Nesse contexto, questionamentos recentes no âmbito da CT&I na Amazônia abordam o desenvolvimento enquanto catalisador de demandas sociais e ecológicas – e não somente econômicas – ao mesmo tempo que concilia o atendimento de necessidades locais e interesses nacionais com a conservação da floresta e de seu fluxo biológico, trazendo para a bancada dos laboratórios as grandes demandas da sociedade contemporânea.

“Qual é nosso projeto para a Amazônia? Não é justo um país desse tamanho e sem planejamento. Estamos tendo retrocesso na elite política da Amazônia. Se eu fosse governador, minha principal obra seria com conectividade [fibra óptica]. Tínhamos que virar a página da Amazônia.”

(Jorge Viana)

Assim, um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia exige novas formas de produção e aplicação de informações, processos que na América Latina, historicamente, ocorreram com baixa incorporação de conhecimento técnico e científico. Tal movimento deve ser igualmente acompanhado de novas formas de organização política e social, o que demanda arranjos inovadores no planejamento e operacionalização de um sistema integrado de CT&I.

35 Um retrato mais detalhado sobre C&T na Amazônia está disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Retrato-setorial-sobre-Cie%CC%82ncia-e-Tecnologia.pdf>.

36 Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2013). Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal. Brasília: CGEE.

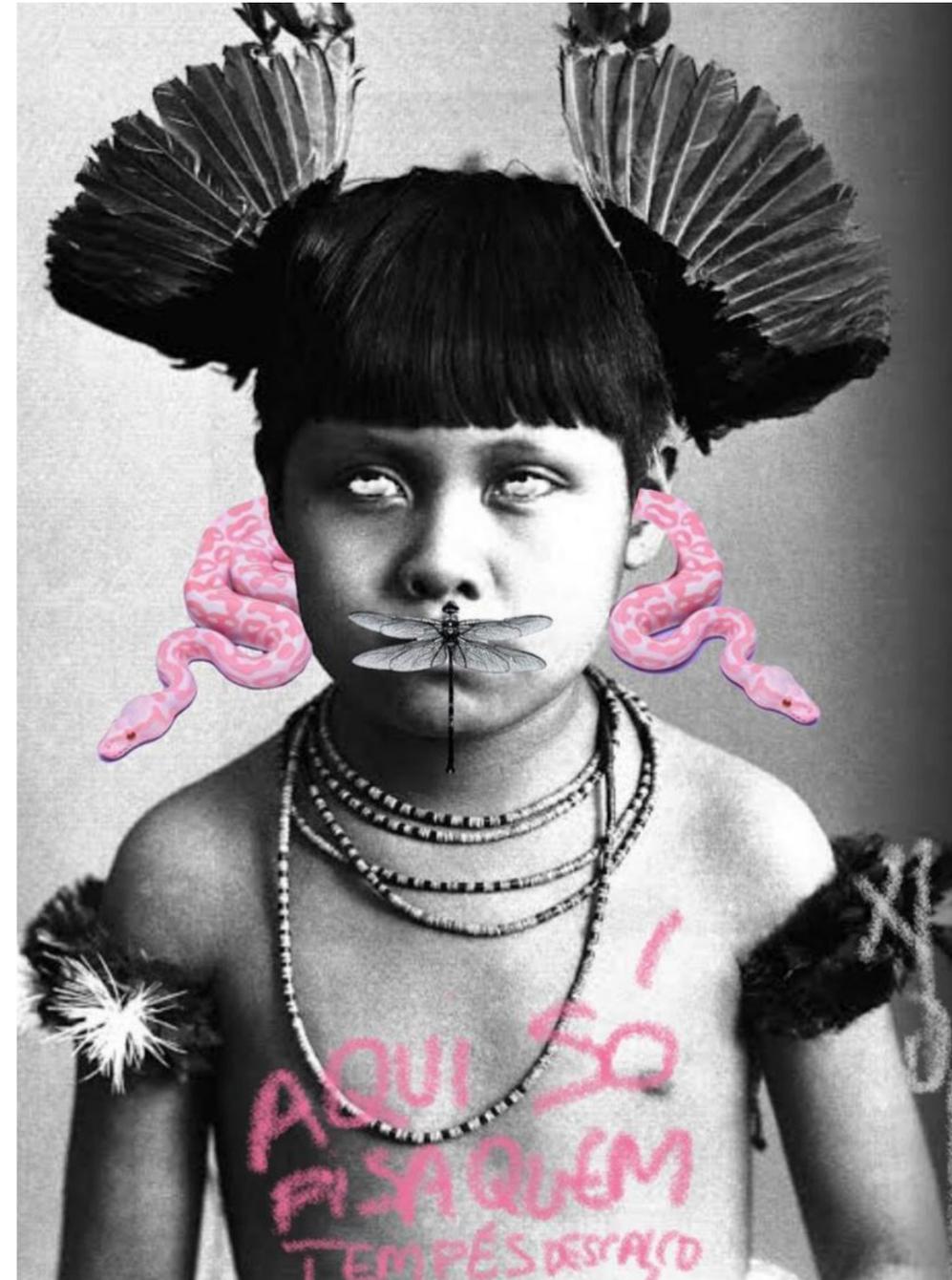
37 Plataforma Amazônia Legal em Dados, a partir do IBGE (2019). Disponível em <https://amazonialegal.mdados.info/home/home.php>

38 Becker, B. K. e Stenner, C. (2008). Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos.

Atualmente, os sistemas de CT&I na Amazônia se desenvolvem em âmbito regional a partir da articulação de estruturas de pesquisa e desenvolvimento que incluem, por exemplo, instituições governamentais de apoio – como ministérios, agências de fomento e secretarias de ciência, tecnologia e inovação –, instituições de ensino superior, institutos de ensino técnico, institutos de tecnologia, parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras, organizações não governamentais e empresas de base tecnológica, entre outros³⁵. Apesar de contar com importantes realizações, como a presença em número relevante de conceituadas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e Instituições de Ensino Superior (IES), bem como uma boa capilaridade no território e diversidade de temas de pesquisa, as bases para o desenvolvimento amplo e estruturado de tais sistemas na Amazônia ainda são muito precárias. Como resultado, a infraestrutura para viabilização das atividades de CT&I, como **laboratórios e equipamentos, é insuficiente. Faltam recursos e assistência técnica local para a adequada manutenção das estruturas.** Além disso, a região enfrenta deficiências históricas no sistema educacional, tanto em nível básico como superior, com apenas 5,8% dos programas de mestrado no país localizados na Amazônia, contra os 50,6% baseados no Sudeste³⁶. Esse cenário se relaciona diretamente com um dos maiores desafios da CT&I na região, que é a **formação, retenção e ampliação do número de pesquisadores.**

Outro aspecto comumente destacado como um dos grandes desafios de CT&I na Amazônia é a **falta de articulação entre as bases** de conhecimento científico e tecnológico, bem como entre a ciência básica e aplicada. O bioma amazônico abrange 60%³⁷ do território brasileiro e abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, de modo que os esforços para obtenção de informações a respeito dos milhares de animais, vegetais e microorganismos – que em suas informações genéticas carregam os segredos da própria vida na terra – bem como das diferentes culturas milenares que compuseram e compõem a região, devem ser proporcionais à sua magnitude e relevância. Apesar de tudo que se conhece, e **não é pouco, ainda há muito por se conhecer.** Todo o conhecimento científico e tradicional dos últimos 10 mil anos somado não corresponde nem a 1% do que está contido na biodiversidade amazônica³⁸. Ao mesmo tempo que é necessário seguir com os investimentos em pesquisa básica para o entendimento das potencialidades desse universo ecológico desconhecido, torna-se imprescindível desenvolver as bases para a **utilização do conhecimento já adquirido**, de forma a impulsionar um novo modelo de desenvolvimento para a região e, mais do que isso, agir em consonância com os desafios do presente. Assim, deve-se reconhecer o arsenal que a CT&I representa no exercício, cada vez mais necessário, de a sociedade se antecipar ao seu próprio tempo e viabilizar ações identificadas como mais urgentes.

A precariedade dos sistemas regionais de CT&I na Amazônia se relaciona e se agrava por conta das próprias condições de vida da população amazônica, que



Artista: Rakel Caminha

em grande parte permanece sem acesso a serviços públicos essenciais como **saúde, saneamento, energia elétrica e conectividade**. A despeito de experiências bem-sucedidas de aplicações no campo da ciência e tecnologia para a geração de renda e inclusão social na Amazônia, tais elementos se configuram como **barreiras estruturais** que tornam o investimento na região por vezes mais oneroso. Além disso, questões como a dificuldade de inserção de produtos no mercado, devido à baixa qualidade, quantidade, uniformidade e acessibilidade aos recursos necessários à produção, prejudica o alcance de uma economia de escala significativa, bem como as possibilidades de uma autonomia regional. Por fim, adiciona-se a isso a própria deficiência de conhecimento científico-tecnológico direcionado, a falta de iniciativa política e a ausência de um número suficiente de empreendedores dispostos e aptos a conduzir o conhecimento acumulado a um novo patamar de utilização que permita a obtenção de benefícios tanto no âmbito regional quanto nacional.

Tais carências históricas em CT&I na Amazônia estão também relacionadas à falta de um projeto para a região, que durante toda a sua história esteve suspenso na dualidade entre discursos de preservação e o avanço desenvolvimentista. Os setores que mais prosperaram na Amazônia, apesar de contribuírem para a economia do país, pouco realizaram em termos de integração das populações locais, aumento da qualidade de vida amazônica e emprego das potencialidades da floresta em pé, promovendo, em muitos casos, inclusive sua destruição.

Um novo modelo de desenvolvimento requer, fundamentalmente, uma mudança de paradigma, que em sua essência implica novos objetivos, métodos e, conseqüentemente, resultados. Assim, a valorização da CT&I na Amazônia reflete a própria construção de um Brasil que, enquanto nação, almeja o desenvolvimento não só da economia global, mas de um povo autônomo e de seu conhecimento particular. Nesse novo paradigma, a ciência e tecnologia devem trabalhar na esfera da **transdisciplinaridade**, buscando modelos inovadores em todas as suas dimensões, desde a contratação de pesquisadores até a definição de prioridades de pesquisa e estabelecimento de cadeias produtivas. Nesse sentido, torna-se necessário promover arranjos produtivos que, além de inovadores, sejam criativos e complexos e que possam favorecer o avanço da produtividade na Amazônia e de seus aspectos correlacionados. Assim, a redução da desigualdade pode funcionar como motor de inovação, com trabalho e renda alinhados. **Quanto mais complexas e amplas forem as cadeias de base florestal, mais engajada a sociedade como um todo estará na proteção da floresta.** Para tanto, é necessário propor mecanismos de coordenação para otimizar a infraestrutura, criar rastreabilidade e monitoramento, assegurar uma economia de escala e reduzir as assimetrias de

informações que elevam os riscos das cadeias da floresta. Tais modelos demandam pacotes tecnológicos atrelados a mecanismos financeiros.

Nesse sentido, o **engajamento das comunidades tradicionais**, cujos saberes carregam a historicidade da presença desses povos na Amazônia por meio de sistemas culturais complexos envolvendo o conhecimento e a domesticação da biodiversidade regional, é fundamental para a utilização dessa biodiversidade.

Dentre os **temas prioritários** a serem desenvolvidos no âmbito da CT&I na Amazônia, destacam-se: **ciência básica, ciência aplicada, bioeconomia de cadeia de produtos e subprodutos ligados à floresta, sistemas agroalimentares, saúde integrada (One Health), medicina e fármacos, e bioinsumos.**

A partir da definição de temas prioritários, é possível pensar em arranjos institucionais coletivos e transversais às estruturas que atuam na construção do conhecimento. Tais arranjos devem articular instituições governamentais, não governamentais, comunidades e empresas em torno de projetos inovadores e que agreguem valor ao longo de todas as suas etapas, com **inclusão social e geração de renda**, inspirados no conceito da **hélice quádrupla**³⁹. As **tecnologias sociais**, que se caracterizam pelo compromisso com a transformação social, diálogo entre diferentes saberes e processos participativos, entre outros aspectos, podem desempenhar importante papel⁴⁰.

Para se obter um ambiente frutífero ao desenvolvimento da CT&I na Amazônia, é necessário comprometimento para criar, a partir da valorização do conhecimento tradicional e de maneira participativa com as populações da floresta, uma nova economia e sociedade, assumindo riscos elevados, lucros indefinidos e possivelmente muitas dificuldades de operacionalização, sabendo, no entanto, que assim é o encontro entre o homem e o enorme potencial de uma das maiores biodiversidades do mundo.

Sem um planejamento consistente e um investimento perene em ciência e tecnologia, dificilmente as potencialidades amazônicas irão se concretizar, e por isso **o entendimento dos tempos em CT&I é essencial**. Projetos para a Amazônia precisam pensar 15, 30 anos no futuro, além de considerar a necessidade de investimentos de três a quatro vezes maiores que os atuais. Dada a dimensão do ecossistema amazônico, não há ainda um mapeamento abrangente de todas as iniciativas em CT&I desenvolvidas na região, sendo essa, inclusive, uma das demandas mais imediatas. Assim, é imprescindível o levantamento das capacidades existentes no território, aptidões e estágios de desenvolvimento

³⁹ Diversas esferas de governo, setor privado, academia, sociedade civil e comunidade de base, e investidores (SEDECTI – AM, 2021).

⁴⁰ Gutierrez, D.M. D.; Oliveira, F. R. M. (2018). *Tecnologias para inclusão social: experiências contemporâneas do INPA em extensão com foco nas tecnologias sociais*. Manaus: Editora INPA.

⁴¹ Iniciativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e com o Instituto Acariquara, com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS).

para formar parcerias que estabeleçam as conexões necessárias entre as etapas de desenvolvimento dos sistemas de CT&I. Um exemplo nessa direção é a Rede Rhisa⁴¹, que iniciou o mapeamento das capacidades tecnológicas e de inovação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia reunindo um banco de dados com milhares de currículos de profissionais atuando na região, além do cadastramento e validação de 1.300 associações e cooperativas.

É também importante destacar o **papel do Polo Industrial de Manaus (PIM) no ecossistema de CT&I da Amazônia**. Com o foco da produção do PIM majoritariamente em artigos com baixa incorporação de tecnologias de ponta, é pouco provável que o atual modelo da ZFM seja capaz de alçar o país a uma posição de destaque dentro do campo de CT&I. A infraestrutura do Polo e sua política tributária diferenciada, bem como a rede de empresas lá estabelecidas, no entanto, são fundamentais na transição para uma nova economia amazônica, mais diversificada e conectada com as cadeias produtivas locais, sendo o Programa Prioritário em Bioeconomia uma referência que indica o potencial das contrapartidas do PIM para alavancar essa transição.

Por fim, por conta da geografia amazônica, bem como em função de carências logísticas e de infraestrutura que tornam mais complexas as atividades de mecanismos de comando e controle, torna-se essencial o avanço das capacidades no campo da CT&I integrado aos interesses de defesa do território, ampliando e atualizando, por exemplo, os esforços previstos pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Conectividade e desenvolvimento na Amazônia

Atualmente, outro aspecto central da agenda de CT&I – e que também se relaciona com a agenda de infraestrutura – na Amazônia diz respeito à conectividade, isto é, o acesso a Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como internet e telefonia, por diferentes atores do território Amazônico, dentre eles, escolas, institutos de pesquisa, unidades de saúde e a sociedade civil como um todo. Desafios logísticos associados a fatores ambientais, econômicos e sociais contribuem para o baixo desempenho da região Norte em termos de inclusão digital, que apresenta um dos menores percentuais de domicílios com utilização de internet, totalizando 72,1%, e o menor em relação às áreas rurais, onde a conectividade chega para apenas 33,1% dos domicílios.

Na região Norte, os três principais motivos para a não utilização de internet incluem o desinteresse pelo acesso, a falta de disponibilidade do serviço e o elevado preço associado ao seu uso. As deficiências das redes de telecomunicações na Amazônia são muitas, que vão desde a baixa oferta e abrangência limitada de serviços até a pouca capacidade de transmissão de dados, barreiras potencializadas pela dimensão do território amazônico e os desafios naturais da instalação de infraestruturas em geografias complexas.

Não obstante, a universalização da banda larga é um importante passo para o desenvolvimento econômico e social da região, onde o acesso à internet de qualidade e disponível em todo seu território será um catalisador da geração de emprego e renda, da diminuição das desigualdades e da facilitação do uso de serviços públicos, bem como da inserção efetiva da população amazônica na

sociedade da informação. Nesse sentido, movimentos para a inclusão digital devem garantir que o acesso ao serviço seja compatível com as condições econômicas da população e com a sua abrangência para comunidades desatendidas, sejam urbanas, rurais ou remotas.

Lançado em 2020, o Programa Norte Conectado pretende expandir a infraestrutura de telecomunicações na Amazônia por meio da instalação de fibra óptica subfluvial. Tal iniciativa, liderada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, pretende somar os esforços conduzidos anteriormente pelo Exército Brasileiro e o Ministério da Defesa no âmbito do Projeto Amazônia Conectada, que conseguiu implementar um trecho de 900 km de rede. Dentre os objetivos do programa, está a interligação de 10.000 km de fibra óptica por meio dos leitos dos rios amazônicos para atender uma população de 9,2 milhões de pessoas, melhorar e expandir os sistemas de CT&I da região e atingir metas de desenvolvimento mais amplas, como educação e saúde das populações⁴⁴.

É também necessário garantir os processos de implementação de infraestruturas por parte da iniciativa privada de forma equânime no território e dentro das necessidades de cada região. A conectividade é central para a CT&I porque não há desenvolvimento sem transmissão de conhecimento e, na sociedade contemporânea, a internet é a expressão mais ampla desses processos. Assim, na Amazônia, o acesso à internet deve dialogar com traços culturais locais, desafios logísticos e de infraestrutura, bem como demandas atuais e históricas da população em busca de uma maior qualidade de vida.

⁴² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC) de 2018.

⁴³ Conectividade digital em comunidades ribeirinhas remotas no interior do estado do Amazonas [livro eletrônico] / [Fundação Amazônia Sustentável]. – Manaus, AM: Fundação Amazonas Sustentável, 2021.

⁴⁴ <https://norteconectado.rnp.br/>.

45 BID (2018). *What is sustainable infrastructure? A framework to guide sustainability across a project cycle*. Disponível em <https://publications.iadb.org/publications/english/document/What-is-Sustainable-Infrastructure-A-Framework-to-Guide-Sustainability-Across-the-Project-Cycle.pdf>

46 HERZOG, C. P. *Cidade para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza*. 1 ed. Rio de Janeiro, Mauad X: Inverde, 2013.

5. Infraestrutura

A visão global sobre infraestrutura tem passado por mudanças importantes no contexto global. Os bons projetos são aqueles que se voltam a dois enfrentamentos: o das desigualdades e o da mudança climática.

A mais importante infraestrutura da própria Amazônia — ou seja, o que faz com que ela exista — são suas florestas e seus rios. Especialmente no que se refere às cidades amazônicas, existe a importância das infraestruturas naturais associadas à infraestrutura cinza (ligada a obras de engenharia civil) para gerar benefícios sociais. Para uma economia da sociodiversidade vibrante emergir, é necessário haver internet de qualidade, energia renovável descentralizada, aproveitamento inteligente dos rios, mobilidade viária e sistemas de informação.

As infraestruturas naturais, também chamadas de infraestruturas sustentáveis, podem ser definidas como aquelas que “preservam, restauram e integram o ambiente natural, incluindo a biodiversidade e os ecossistemas. Apoiam o uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, incluindo energia, água e materiais. Também limitam todos os tipos de poluição ao longo do ciclo de vida do projeto e contribuem para uma economia de baixo carbono, resiliente e eficiente em termos de recursos. Projetos de infraestrutura sustentável são (ou devem ser) localizados e projetados para garantir resiliência aos riscos climáticos e de desastres naturais⁴⁵.” O conceito correlato infraestrutura verde se caracteriza por ser “uma rede ecológica urbana que reestrutura a paisagem, mimetiza os processos naturais de modo a manter ou restaurar as funções do ecossistema urbano, oferecendo serviços ecossistêmicos no local. [...] Esse tipo de infraestrutura tem como meta tornar os ambientes urbanos mais sustentáveis e resilientes por meio da interação cotidiana das pessoas com a natureza em espaços onde ambas tenham total prioridade⁴⁶.”

Uma agenda de infraestrutura para a Amazônia deverá ter duas vertentes a serem reconciliadas: a dos projetos de interesse nacional, que tradicionalmente causaram impactos negativos e poucos benefícios locais, e a demanda por serviços de infraestrutura que atendam os seus habitantes e que viabilizem uma economia baseada na floresta.

No cenário internacional, a infraestrutura tem status de “solução” para a retomada do crescimento econômico, para as mudanças climáticas e para a entrega dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Há consensos acumulados sobre como promover uma infraestrutura de qualidade, representada por seis princípios recomendados pelo G20 em 2019. A transparência, a participação social em todas as fases do ciclo

Infraestrutura sustentável como solução para os principais desafios atuais da humanidade



Para uma infraestrutura de qualidade para a Amazônia, são três os elementos principais propostos:

1. Participação de atores da região nas reformas políticas em curso no Brasil, com propostas que reconheçam as peculiaridades regionais; 2. Instituição de uma cultura e prática de relacionamento com o território ao longo de todas as etapas do ciclo de projetos para garantia de direitos, gestão de conflito e maximização de chances de benefícios locais positivos; e 3. Gestão de projetos/territórios críticos, onde o conflito já desponta.

fonte: New Climate Economy Report 2016

de projetos e a contabilização total dos custos, o que inclui componentes sociais e ambientais, são alguns ingredientes, assim como análises de viabilidade criteriosas aplicadas o mais cedo possível no processo de tomada de decisão.

O sucesso de uma agenda de infraestrutura, contudo, vai depender de vários esforços, entre eles: controle do desmatamento, demonstrando um ambiente político e institucional de segurança e respeito aos compromissos globais (*enabling condition*); anúncio de uma agenda de revisão no processo decisório do setor de infraestrutura, com tomada de ações de curto prazo; e reversão das perspectivas de conflito em projetos recentes e em avanço no *pipeline*, especialmente na relação infraestrutura-território.

“Entender a infraestrutura como um mero suporte do crescimento econômico é uma visão que está no retrovisor.”

(Ricardo Abramovay)

Numa frente complementar de atuação da sociedade, há um legado de compensações financeiras derivadas de projetos de energia e mineração que ultrapassam R\$ 2 bilhões ao ano distribuídas para estados e municípios, potencialmente escalável para benefício local por meio de projetos que fomentem a transparência e o foco em resultados.

Embora a escuta seja tão necessária, o que prevalece é a falta de diálogo entre quem toma decisões de investimento na região e quem é localmente afetado por elas. Não se trata de impedir as obras — ao contrário, muitas vezes são necessárias e desejáveis. Mas, antes de executá-las, é preciso inseri-las em um contexto maior: a concepção de um modelo de desenvolvimento de longo prazo para a Amazônia, considerando as peculiaridades regionais e o amplo debate entre os diversos atores envolvidos. Somente depois disso se deve planejar as obras de modo que estas evitem os riscos socioambientais e aproveitem as oportunidades da chamada infraestrutura verde. O passo seguinte é buscar os licenciamentos e executar as medidas compensatórias dos impactos negativos que não puderem ser evitados. O que ocorre no Brasil, entretanto, é um atropelo de etapas. Começa-se praticamente pelo fim e, no lugar do debate, predomina o embate. A fase de planejamento de uma grande obra teria que se dar de oito a dez anos antes do licenciamento.

Por que não se planeja antes? Além da falta de uma visão ampla sobre modelo de desenvolvimento territorial e da histórica imposição de decisões no Brasil, sem a devida escuta das partes vulnerabilizadas, há mais uma razão para a falta de planejamento prévio: avaliar previamente um projeto amplia seus custos.

“A infraestrutura está na gente e ela é vida. E a falta dela ou a maneira como ela não se estrutura pode ser a morte. É preciso pensar em como agir na Amazônia. A Amazônia não é qualquer lugar. Soluções que funcionam em outros lugares não se aplicam à Amazônia e a gente que vive aqui sabe disso.”

(Paula Sampaio)

6. Questões indígenas⁴⁷

Na Amazônia brasileira, Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas abrangem 42,2% do bioma, abrigando 190 povos indígenas — incluindo 54 grupos isolados — e somando uma população de 752.421 pessoas, a maior diversidade e o maior número de toda Pan-Amazônia⁴⁸. Além dos povos indígenas, a Amazônia abriga ainda diversos povos e comunidades tradicionais que, assim como os povos originários, se desenvolvem no território a partir de relações características e particulares com a terra e suas expressões culturais e ecológicas, a exemplo dos grupos de quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco babaçu, entre outros. A relevância de tais grupos está associada à sua crescente importância para a contenção do desmatamento, a conservação da biodiversidade e a regulação climática regional, assim como à qualidade da governança territorial amazônica a partir dos diferentes meios de vida e da diversidade etnológica local expressos pelos povos indígenas.

No entanto, em função do regime político e econômico hegemônico, povos indígenas e tradicionais na Amazônia seguem tendo seu direito à terra ameaçado pelo avanço da indústria agroextrativista e sua relação com a apropriação de recursos naturais, por exemplo, por meio da invasão de terras e grilagem, expansão do agronegócio, prospecção de recursos minerais, bem como sua exploração, além da instalação de grandes obras de infraestrutura, que juntos são responsáveis pelo aumento das taxas de desmatamento e retrocessos em legislações ambientais e de direito territorial.

Para esse grupo da sociedade, persiste o imaginário da Amazônia enquanto uma terra vasta e inabitada, detentora de valor (econômico) somente quando explorada dentro da lógica do capital. Para os povos indígenas e tradicionais, por outro lado, o território é parte fundamental de suas cosmologias, baseadas em identidades historicamente construídas a partir de conhecimentos ancestrais e sua complexa interação com outros mundos desde o início da colonização, processo que, de muitas formas, persiste até hoje. Assim, a relação ontológica desses povos com suas terras e a biodiversidade que nela habita escapa da dicotomia eurocêntrica homem/natureza, resultando em formas específicas de proteção e gestão de seus territórios. Apesar da Constituição brasileira reconhecer o direito dos povos indígenas às suas terras, interesses políticos e econômicos impedem a consolidação desse direito, em um cenário de luta constante desses povos por autodeterminação e autonomia sobre seu território e formas de existência dentro dele.

⁴⁷ Essa seção foi desenvolvida principalmente com base no trabalho realizado pelo Science Panel for the Amazon (SPA) - WG 12: Power of Amazon Peoples abordado no capítulo 31, intitulado Strengthening governance and management of lands and natural resources: protected areas, indigenous lands and local communities' territories, em sua versão atual disponibilizada para consulta pública.

⁴⁸ RAISG (2020). Amazônia Sob Pressão. www.amazoniasocioambiental.org

Ao longo da formação do Estado-Nação brasileiro, povos indígenas e comunidades tradicionais tiveram pouca ou nenhuma voz na formulação e implementação das políticas públicas a eles direcionadas, com o aparato do Estado servindo à homogeneização étnica e racial, por sua vez justificada segundo ideais de unidade territorial e cultural construídos pela elite político-econômica nacional. A exclusão sistemática desses grupos, apesar disso, tem impulsionado movimentos sociais e mobilizações coletivas pelo reconhecimento de suas identidades e garantia pelo Estado de seus direitos territoriais, que mesmo quando legalmente reconhecidos, ainda são vulneráveis à influência de intervenções de cunho neoliberal. A garantia do direito territorial é essencial para a melhoria da qualidade de vidas dessas populações, bem como para a preservação dos seus modos de vida diretamente relacionados a conservação do valor cultural e ecológico do território.

Ações nesse sentido incluem uma gestão territorial integrada, participativa e coletiva que reflita os interesses próprios dos povos indígenas e tradicionais, fundamentada em esforços de diálogo intercultural e ciência interdisciplinar, garantindo a igualdade entre conhecimentos pautados por diferentes epistemologias. É precisamente nesse âmbito que a autodeterminação dos povos toma forma, com comunidades indígenas e tradicionais acessando seu direito à existência coletiva e controle de suas terras, seus recursos, suas organizações sociais e culturais, e suas relações com o Estado. Um exemplo nesse sentido é a iniciativa de lideranças indígenas Yanomami e Ye'kwana na formulação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e do Protocolo de Consulta Yanomami, que juntos detalham a visão coletiva desses povos sobre sua identidade e território, bem como formas de consulta em relação a decisões que possivelmente impactem seus direitos. Planos dessa natureza, conduzidos e formulados pelas próprias comunidades, têm se demonstrado mais efetivos em garantir a saúde integral das populações e dos ecossistemas, podendo incluir práticas e conhecimentos tradicionais, bem como abordagens específicas para o monitoramento do espaço e gestão dos recursos naturais, além da prospecção de novas atividades econômicas em linha com as demandas e formas de existência desses povos e a realidade específica de seus territórios.

Um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia deve considerar em que termos se constitui uma economia das Terras Indígenas e das comunidades tradicionais, considerando que nenhuma atividade conduzida sem a deliberação e condução exclusiva por parte desses povos será benéfica para o território. Assim, são necessárias alternativas criativas que respeitem o direito territorial dos povos indígenas e tradicionais, fortaleçam o quadro regulatório no país, reconheçam a

importância cultural e ecológica das terras indígenas e territórios tradicionais, valorizando suas formas próprias de aquisição e difusão do conhecimento, bem como garantam o investimento na formulação e aplicação de planos autônomos de gestão territorial enquanto política pública do Estado. Por fim, apesar da centralidade dos processos de autodeterminação, é essencial pensar a relação desses territórios com o seu entorno, promovendo a integração entre terras indígenas e tradicionais e as diferentes instâncias municipais e estaduais.

Instrumentos internacionais relacionados aos direitos dos povos indígenas⁴⁹

- Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho, de 1989
- Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos, de 1992
- Convenção Americana dos Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007
- Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos
- Guia de Referência para o Setor Privado do Pacto Global
- Convenção da Diversidade Biológica
- Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos

Legislação brasileira sobre povos indígenas

- Constituição Federal de 1988
- Novo Código Civil de 2002
- Estatuto do Índio
- Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)
- Portaria Interministerial nº 060/2015 e Instrução Normativa da Funai
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)
- Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF)

⁴⁹ Principal referência: The Nature Conservancy. Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas. Iniciativa Diálogo Empresas e Povos Indígenas. Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas. Iniciativa Diálogo Empresas. <https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/boas-praticas-empresas-e-povos-indigenas.pdf>

FRENTES DE

AÇÕES ESTRU

TURANTES

FRENTES DE

AÇÕES ESTRU

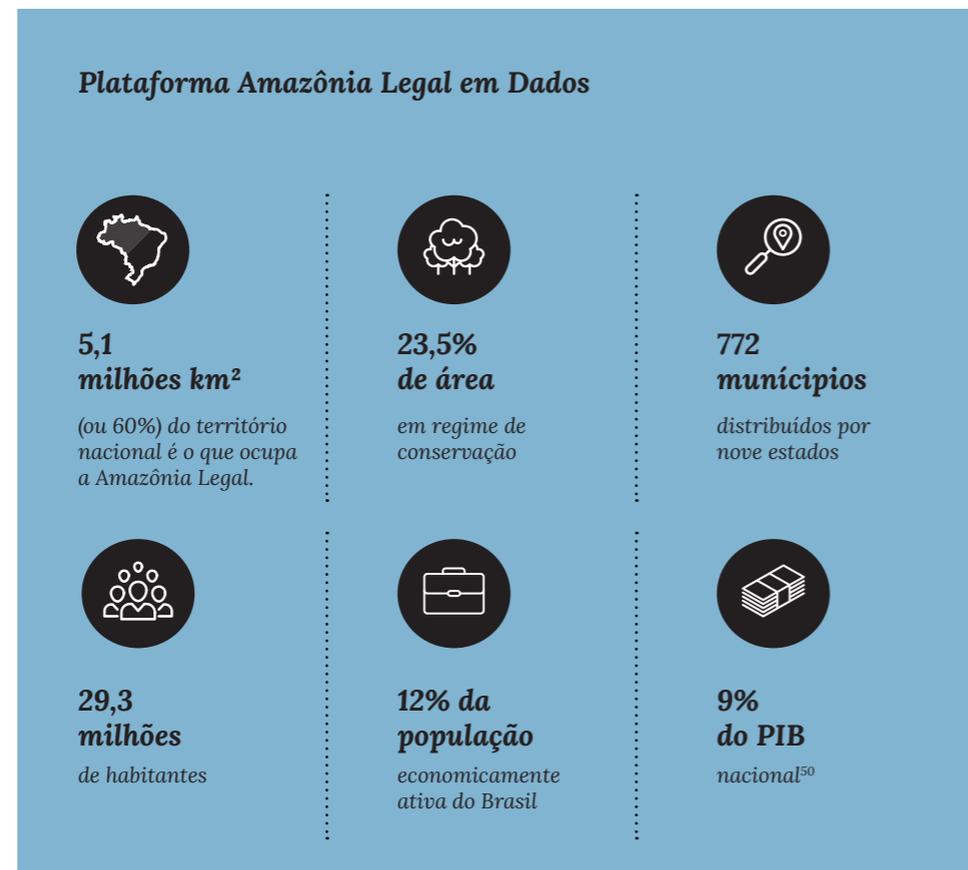
TURANTES



Rui Machado
1988

FRENTES DE AÇÕES ESTRUTURANTES

Para implementar uma agenda de desenvolvimento, é fundamental cuidar das pessoas e dar a devida importância ao desenvolvimento social. Lidar com questões de desigualdade e pobreza, por exemplo, implica gerar condições básicas de qualidade de vida nas diferentes dimensões de saneamento, de habitação, de cultura, de educação e de saúde para a população amazônica.



50. Plataforma Amazônia Legal em Dados, a partir da sistematização de dados oficiais (DataSUS, IBGE, INEP e PNAD).



Rui Machado
1988

Artista: Rui Machado

51 Mapbiomas Brasil, 2021.

52 Science Panel for the Amazon, 2021.

53 IPBES, 2018.

54 Plataforma Amazônia Legal em Dados, a partir da sistematização de dados oficiais (DataSUS, IBGE, INEP e PNAD).

55 Civicus Monitor, 2021.

56 O Brasil faz parte de rotas de escoamento do narcotráfico em nível nacional e internacional, principalmente de drogas produzidas na Bolívia, Colômbia e Peru – todos países amazônicos e com os quais temos fronteiras. Muito além da segurança das zonas de fronteira dentro de uma perspectiva de soberania territorial, é fundamental entender que a presença de uma atividade ilícita vulnerabiliza o ambiente para outras, com graves consequências sociais. Desse modo, é importante que o aparato de segurança e justiça criminal mantenha o foco no tráfico de drogas, sem desmerecer uma ampliação de sua atuação na dimensão de crimes ambientais.

“Fica todo mundo falando só da destruição da floresta, mas os núcleos urbanos são hoje um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, porque abrigam muita gente sem acesso a nada, com problemas sérios de saúde e de saneamento. Não sei como, mas temos que dar um jeito nisso.”

(Bertha Becker, 2004)

A construção de propostas que reforcem uma agenda de direitos e a qualidade de vida da população amazônica é vital, especialmente neste momento em que a região atravessa a chamada “tempestade perfeita” (conforme já mencionado na introdução deste documento). Alguns dados que ilustram essa tempestade:

- Aumento do desmatamento (9% de aumento em 2020);⁵¹
- Aproximação do ponto de inflexão (tipping point, em inglês);⁵²
- Perdas na biodiversidade e nos sistemas ecossistêmicos (183 espécies animais e 86 espécies de plantas ameaçadas e 190 povos indígenas ameaçados);⁵³
- Agravamento da pobreza;
- Declínio da qualidade dos indicadores na saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, acesso à energia e conectividade (por exemplo, a expectativa de vida na região é de 4,3 anos a menos do que a média nacional; saneamento disponível somente para 25% da população; PIB per capita 38% abaixo da média nacional);⁵⁴
- Intensificação de atividades ligadas a ilicitudes e ilegalidades;
- Estado da sociedade civil e liberdades cívicas obstruído (assédio à mídia, criminalização de ativistas e ameaças a defensores dos direitos humanos)⁵⁵.

Um conjunto de ações tem sido proposto como forma de potencializar a qualidade de vida dos habitantes da Amazônia. Alguns exemplos:

- Fortalecimento de políticas públicas e de financiamento relacionados a ações estruturantes nos campos da saúde, educação e segurança;
- Ofertas de condições e oportunidades em educação como subsídio;

- Defesa dos direitos territoriais comunitários e da integridade da floresta;
- Combate a qualquer tipo de ilegalidade ou ilicitude na Amazônia⁵⁶;
- Combate a crimes ambientais;
- Proteção de defensores ambientais e dos direitos humanos.

Ainda que seja possível apontar uma série de ações cujos resultados são mais imediatos, muitas das transformações necessárias para que se alcance um modelo de desenvolvimento que valorize o capital natural e seja socialmente inclusivo começam pela educação e tem a segurança como uma condição básica, e por isso as próximas seções se dedicam a esses temas.

Educação

A Amazônia deve fazer parte de cada um dos brasileiros como algo vivo, que cabe a todos cuidar e conservar. É preciso conhecer essa diversidade, essas tantas regiões e tempos amazônicos exaltados na citação da Marcela Bonfim, ativista cultural que vive em Porto Velho, Rondônia.

“Entre ideia/lugar existem muitas Amazonas porque são muitas! Tantas, que para quem vive do lado de dentro, diversidade não é só possível; é real (...).”

(Marcela Bonfim)⁵⁷

Mas o que realmente sabemos sobre a Amazônia? Quando muito, apenas alguns aspectos naturais de uma longínqua selva úmida, homogênea e difusa, escassamente povoada por indígenas e esperando por ser explorada. Como podemos nos (re)conhecer na(s) Amazônia(s)? Não existe uma única resposta, mas uma delas passa sem dúvida por um mergulho nessa diversidade para diminuir as desigualdades.

A educação tem papel fundamental nesse processo. Ainda que sejam necessárias medidas objetivas de fortalecimento do ensino básico e profissionalizante, é preciso observar também impactos mais subjetivos. Na escola, aprendemos sobre o que nos constitui como povo. Nossos valores, características, línguas e formas de nos

57 BONFIM, Marcela. Amazonas. Madeira Dentro, Madeira Fora. RO, Porto Velho, 2021. Disponível em <<https://www.madeiradedentro.com/>>. Acesso em 24 set. 2021.

comunicar. É onde compartilhamos conhecimentos, interesses, perspectivas sobre o mundo. É o lugar onde se forma o nosso jeito de ser, nossos modos de interagir e os sonhos para o presente e futuro, como brasileiros. O mesmo vale para os espaços de formação técnica e as próprias universidades.

A sustentabilidade vai muito além de proteger a floresta. Consiste também em unir a iniciativa privada e o poder público para promover melhorias sistêmicas na educação e na qualidade de vida do país.

Nesse contexto de possibilidades e desafios, existem algumas linhas que podem guiar as discussões e os esforços sobre a educação na Amazônia. Quais sejam:

Apoiar melhorias na educação da Amazônia.

Estruturação e implementação de ações que cheguem à educação básica, técnica profissional e universitária, buscando fortalecer a conexão entre elas. Um dos caminhos para isso é a formação continuada dos professores, o apoio às redes de ensino e aos gestores escolares na implementação consistente de seus currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a produção de conteúdo e materiais pedagógicos que atualizem e aprofundem o conhecimento sobre a Amazônia e a oportunidade de bolsas de estudo. É importante que esses materiais sejam construídos com a participação efetiva de professores, gestores escolares e técnicos das secretarias de educação e que possam ser usados e acessados gratuitamente em todo o país, revelando toda a complexidade desse território de forma inovadora e sistêmica.

Inserir a Amazônia nos currículos de todo o Brasil.

Reconhecendo a importância de que o conhecimento sobre a(s) Amazônia(s) chegue a todo e qualquer brasileiro, é urgente que as temáticas que envolvem esse território ocorram aos currículos de todo o país, aproveitando-se do momento de renovação pelo qual passamos.

Integrar o mundo do trabalho a partir da educação profissional e técnica como parte do desenvolvimento da região.

O mundo do trabalho, dimensão do currículo do Ensino Médio que se relaciona com a educação profissional e técnica, proporciona a compreensão das dinâmicas socioprodutivas da sociedade contemporânea, contribuindo para o exercício autônomo e crítico das profissões. Nesse sentido, é importante possibilitar que os jovens do Ensino Médio aprofundem as relações com o mundo do trabalho na Amazônia, numa perspectiva emancipatória da educação e do trabalho, em conexão com seus projetos de vida.

Apoiar a melhoria da infraestrutura de conectividade da região.

Hoje, é impossível pensar em uma educação sem conectividade. A internet deve estar disponível para todos os professores e estudantes da Amazônia.

Letramento midiático e educação para a democracia.

A mídia e as redes sociais veiculam informações e conhecimento, mas é preciso garantir tanto que as temáticas relativas à Amazônia estejam no ar quanto que esse conteúdo esteja embasado em dados confiáveis, que alcancem o maior número de pessoas possível, para disseminar um retrato múltiplo e dinâmico do que é a Amazônia e do que ela representa enquanto ativo social, ambiental e econômico para o nosso país e para o mundo. O pleno exercício da cidadania está diretamente atrelado à capacidade de compreender e lidar com as informações que a mídia coloca em circulação.

Todas as ações que podem, devem e serão desenvolvidas dentro dessas linhas buscam a conservação da sociobiodiversidade desse território e o fortalecimento da nossa identidade como povo e como país. Esses eixos abrangem uma infinidade de campos a serem explorados, um igarapé fértil de conteúdo e de vida, de diferentes territórios e identidades, que se transformam e se atualizam e que compõem a paisagem amazônica, a paisagem brasileira. São também campos onde respeitadas instituições brasileiras já se dedicam há muitos anos, e por isso é fundamental uma articulação para somar esforços e conectar ações de forma estruturada para essa região.

Para começar a aterrissar uma primeira ação concreta, está sendo concebido o Programa Itinerários Amazônicos, com foco no Ensino Médio, último espaço estruturado de formação para a maioria dos jovens brasileiros. A partir de 2022, todas as escolas de Ensino Médio do país vão vivenciar uma experiência inédita de adequação curricular, conforme preconizado pela BNCC e pela legislação vigente relativa ao Ensino Médio. Para além de uma formação geral básica, os estudantes serão convidados a escolher itinerários formativos que se conectam com seus interesses, contextos de vida e necessidades formativas. Para que isso se concretize, além das condições estruturais que as redes de ensino precisarão garantir, os professores e os gestores educacionais serão desafiados a construir suas práticas com foco no desenvolvimento integral dos estudantes, partindo dos parâmetros da BNCC, dos novos currículos estaduais de Ensino Médio e, claro, de seus conhecimentos e experiências prévios.

O programa partiu de algumas perguntas: O que vem sendo ensinado sobre a Amazônia no Ensino Médio? Como os jovens aprendem sobre ela? Os



Artista: Rui Machado

estudantes têm sido desafiados a incorporar a Amazônia como parte de suas identidades? No caso dos jovens da região, estão sendo ofertadas possibilidades profissionalizantes condizentes com o contexto e as condições locais?

Em resposta a essas inquietações, vêm sendo construídos processos de formação que impactem positivamente a conservação da Amazônia, garantindo a existência de itinerários formativos que abordem aspectos sistêmicos da região e que passem por todas as áreas de conhecimento e dimensões da Educação Integral, agregados a um processo de concepção desses itinerários que seja também formativo para os educadores.

O programa, dialogando diretamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem cinco princípios norteadores:

1. Conexão entre conhecimentos, práticas docentes e projetos de vida dos educadores; **2. Colaboração** por meio de uma equipe híbrida composta por especialistas, técnicos das secretarias de educação, professores de Ensino Médio e gestores escolares de redes estaduais da Amazônia Legal; **3. Empoderamento** das redes de ensino; **4. Inovação** nos modos de fazer, pensar e de se relacionar em educação; **5. Conhecimento** como bem público e equidade ao considerar a diversidade e as singularidades.

Esse programa é uma peça importante e pontapé inicial do grande mosaico de ações que precisa ser empreendido. Um quebra-cabeças multidimensional que entende a educação em seu sentido amplo, que tem como público alvo os jovens e os professores, que incorpora uma visão de mundo na qual questões ambientais e sociais são indissociáveis e em que educação, identidade, sociedade e trabalho caminham juntos.

Segurança

O nexos entre (in)segurança e clima na Amazônia

Previamente, foram mencionadas neste documento a aproximação da Bacia Amazônica do ponto de inflexão e a aceleração da perda da cobertura florestal nativa. Os motores do desmatamento são amplamente conhecidos: expansão da fronteira agrícola, extrativismo para exportação de commodities como a madeira e os minérios, expansão de infraestrutura rodoviária e energética. No entanto, a discussão vem ganhando novos contornos devido ao aumento do crime ambiental.

58 Ver mais em Adriana Abdenur, Brodie Ferguson, Ilona Szabo de Carvalho, Melina Risso e Robert Muggah. *Crime Ambiental na Bacia Amazônica: uma Tipologia para Pesquisa, Política Pública e Ação*. Instituto Igarapé, Strategic Paper 47, 2020.

59 Suxberger, Antonio Henrique Graciano e Rhuan Filipe Montenegro dos Reis. 2020. 'Criminalidade Organizada Em Crimes Ambientais: Marcos Normativos Internacionais e Possíveis Respostas'. Revista direito ambiental e sociedade 10(1).

Os crimes ambientais e o conjunto de crimes e irregularidades a eles conexos minam a capacidade governamental de frear o desmatamento na Amazônia e assim potencializam os efeitos da crise climática na região e no planeta. Trazem também importantes desafios de segurança pública, que exigem maior e melhor articulação entre atores estratégicos nacionais, bem como um reforço da cooperação regional e internacional.

O crime ambiental e seu impacto na floresta

Ao longo das últimas décadas, em função da emergência e consolidação do movimento ambientalista nacional e global, pactuou-se uma série de limites para o desmatamento e a exploração de recursos naturais amazônicos. Um conjunto de leis, regulamentações e políticas públicas foram postas em marcha para preservar a floresta em pé, à luz do seu papel como berço da biodiversidade e de sua capacidade reguladora climática mundial. No entanto, esses marcos e salvaguardas têm sido sistematicamente desrespeitados por uma série de atores, sejam eles agentes econômicos (individuais e empresas), atores políticos (representantes eleitos e servidores) e até mesmo organizações criminosas. Como consequência, tem-se a aceleração da perda de cobertura e a degradação ambiental da Amazônia.

Sabe-se que a destruição da floresta hoje é fruto da ação de uma variedade de atores, tanto legais quanto ilegais, amplamente conectados a cadeias de suprimento domésticas e globais. Não se trata mais de reconhecer a existência de modelos de desenvolvimento em disputa: o que vemos hoje é a dramática expansão do crime ambiental na Amazônia.

Dado que o conceito jurídico de crime, irregularidade ou ilegalidade pode variar no tempo e no espaço, a compreensão dos impactos a partir de uma concepção sociológica é mais pertinente⁵⁸. As atividades que geram desmatamento vão das grandes obras de infraestrutura, mineração industrial e agropecuária (a priori autorizadas ou licenciadas pelo Estado) a uma série de atividades irregulares, como grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira, mineração ilegal, agropecuária com passivo de desmatamento, abertura de estradas ilegais e o tráfico de animais silvestres. Ainda que o grau de legalidade e regularidade possa variar entre as distintas atividades econômicas, inúmeras cadeias produtivas na Amazônia hoje se alimentam de crimes ambientais.

Nos casos mais extremos, essas atividades são exploradas por uma criminalidade organizada, posto que envolvem estruturas complexas e organizadas cujas múltiplas transgressões miram obter proveitos econômicos da exploração ilícita de recursos naturais⁵⁹. O envolvimento dessas estruturas

abrange um conjunto de irregularidades e crimes conexos que facilitam e são facilitadas pelo crime ambiental, tais como tráfico ilícito de drogas e armas, tráfico de pessoas, crimes financeiros (corrupção e lavagem de dinheiro), fraudes e crimes violentos (agressões, ameaças e homicídios).

A relação dos crimes ambientais com outros crimes, como tráfico de drogas e de armas, tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual infantil, fica evidente nas chamadas fronteiras do desmatamento da região. Para completar, a violência contra defensores ambientais e lideranças indígenas é altíssima — o Brasil é o quarto país no ranking de violência contra defensores da floresta e dos direitos humanos⁶⁰.

A criminalidade ambiental organizada na Amazônia já é um fenômeno reconhecido pelo Estado brasileiro. Nos termos usados pela Força-Tarefa Amazônia do Ministério Público Federal (vigente entre 2019–2021), a “criminalidade ambiental assumiu caráter de crime organizado na Amazônia, associando-se a ilícitos vários, como lavagem de dinheiro, falsidades ideológicas e materiais, estelionato, grilagem de terras”⁶¹.

No entanto, o tratamento da questão ainda está aquém do tamanho do desafio. Há inúmeras dificuldades no combate ao crime ambiental. A primeira delas é a maneira como atores e atividades aparentemente legais estão interligados com as atividades e práticas ilegais. Setores de energia e infraestrutura, por exemplo, estão fortemente atrelados à especulação imobiliária e a ilicitudes em diferentes níveis: da corrupção ao desrespeito de normas socioambientais quando das operações. Ao mesmo tempo, o setor agropecuário e o setor financeiro têm falhado no seu dever de rastrear as cadeias produtivas e impedir que produtos com passivo ambiental e de desmatamento entrem no mercado. Por um lado, os investimentos em instrumentos de rastreabilidade têm sido insuficientes dada a urgência da questão. Por outro, há forte pressão de representantes do setor junto ao Legislativo e ao Executivo no sentido oposto, de flexibilização das regulamentações que hoje buscam limitar a produção agropecuária e a exploração mineral em áreas de floresta e em terras indígenas na Amazônia.

Além disso, os crimes ambientais são vistos — erroneamente — pelo estado e pela sociedade como menos prementes e, por isso, são menos investigados. O aparato de segurança e justiça criminal carece de recursos humanos e tem foco excessivo no combate ao tráfico de drogas na região, não priorizando o cumprimento das leis ambientais. Sanções administrativas, como multas, embargos e apreensão ou destruição de produtos do crime ambiental e do maquinário utilizado, são promissoras, mas têm baixa efetividade.⁶²

60 Global Witness. *Last Line of Defence. The industries causing the climate crisis and attacks against defenders*. Londres: 2021.

61 Ministério Público Federal. “Força-Tarefa Amazônia apresenta balanço de dois anos de atuação no combate ao crime na região”. MPF, Procuradoria da República no Amazonas. 04 de setembro de 2020.

62 Rajão, Raoni, Jair Schmitt, Felipe Nunes, e Britaldo Soares-Filho. 2021. *Dicotomia Da Impunidade Do Desmatamento Ilegal*. Policy Brief. Belo Horizonte: CSR; LAGESA; UFMG.

Os crimes ambientais também se beneficiam de diferentes formas de corrupção, não apenas em nível local, no patamar da chamada “burocracia de nível de rua”, mas também no da corrupção política que envolve autoridades dos três poderes. Ainda que “invisíveis” na ponta, esses atores financiam, atuam, legislam e julgam para beneficiar indivíduos e empresas envolvidas em grandes esquemas ilegais.

Somado a isso, as instituições de proteção ambiental não têm recursos humanos e financeiros suficientes. No caso do Brasil, testemunhou-se o enfraquecimento dos órgãos ambientais do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sobretudo o IBAMA e o ICMBio em nível federal. Outra fragilidade diz respeito às lacunas nos sistemas de governança e controle, seja de regularização fundiária de terras, seja no âmbito do controle ambiental. O Cadastro Ambiental Rural (CAR), com suas promessas e limitações, é ilustrativo. Também é falha a vigilância na exploração da madeira – onde há excesso de fraude documental –, bem como ausente o controle do ouro de forma digital e auditável. Notam-se ainda muitas fragilidades sistêmicas, que permitem ao tráfico de animais silvestres prosperar entre os países da região e rumo a mercados internacionais.

Para lidar com esse problema, é preciso identificar e entender o papel ocupado por cada ator nesse complexo ecossistema. Há organizações criminosas que contam com participação e corrupção de funcionários e autoridades públicas, raramente penalizadas pelos crimes que cometem. Há também grupos armados não estatais, como facções formadas por membros do Primeiro Comando da Capital (PCC). E há a mão de obra pobre e não especializada que, de forma forçada ou voluntária, operacionaliza o crime ambiental e acaba sendo a parcela mais penalizada pelas irregularidades e ilegalidades. É patente que, tal como visto no caso dos baixos escalões do tráfico de drogas em comunidades, na ausência de serviços básicos do Estado e de oportunidades de inclusão econômica em regiões de ocupação de terras, posseiros e moradores são empurrados para o jugo de desmatadores e mineradores ilegais.

Por fim, vale destacar a falta de cooperação regional entre os países da Bacia Amazônica para prevenir, investigar e processar criminosos transnacionais, compartilhar estratégias e, sobretudo, para construir uma visão de presente e futuro e valorizar o enorme potencial da floresta em pé.

Dados esse contexto e os múltiplos desafios, é prioritário reverter esse cenário em tempos de emergência climática. Mas como? A solução passa, por um lado, por fortalecer o Estado de Direito na Amazônia e, por outro, por engajar o setor privado.

Fortalecer o Estado de Direito e engajar o setor privado

Fortalecer o Estado de Direito na Amazônia exige retomar a capacidade de comando e o controle do Estado, começando pela fiscalização ambiental. É preciso também fortalecer a capacidade da polícia e de procuradores para que se dotem de uma visão estratégica e dos instrumentos necessários para o combate ao crime ambiental e crimes correlatos, como corrupção e lavagem de dinheiro. Em paralelo, é preciso priorizar a regularização fundiária e o registro de imóveis rurais em todos os países da região e aprimorar instrumentos como o CAR. Criar mais áreas protegidas de uso restrito e de uso sustentável e demarcar novos territórios indígenas é outro eixo prioritário. Essa destinação e a defesa ferrenha no marco temporal do Código Florestal diminuirão a grilagem, a especulação de terras e a violência no campo, sobretudo contra defensores do meio ambiente. Por fim, é preciso fortalecer a cooperação regional sob a égide de um renovado multilateralismo em rede que envolva governos nacionais e locais, sociedade civil e setor privado comprometido com o futuro amazônico para a região.

Ao mesmo tempo, empresas e investidores precisam fazer sua parte. Atualmente, dois terços das cadeias de suprimentos mundiais não possuem regras sobre desmatamento ilegal⁶³. É preciso que os grandes conglomerados agroindustriais, produtores de soja e carne bovina e seus fornecedores locais façam a sua parte para zerar o desmatamento. Além da adoção imediata de tecnologias de rastreabilidade, são necessárias condicionantes cada vez mais auditáveis para concessão de crédito, bem como a inclusão de métricas de redução de crimes ambientais em rankings de ASG – Ambiental, Social e Governança. Por outro lado, cabe ao setor produtivo criar as condições e os incentivos para ampliar ações de reflorestamento, regeneração de terras e de gestão sustentável de florestas. Isso passa também por investir em pesquisa e desenvolvimento e na bioeconomia. Recomenda-se ainda regulamentar os pagamentos por serviços ambientais, incluindo os mercados de carbono, atrelados a planos claros de monitoramento e de transição para a economia verde.

Seja no eixo das políticas públicas, seja no eixo do mercado, o combate ao crime ambiental e a superação do paradigma destrutivo é premente. É uma responsabilidade comum, ainda que diferenciada, decorrente do entendimento simbólico também compartilhado do que nosso capital natural significa para todos nós.

63 Forest 500. Forest 500 annual report 2019: the companies getting it wrong on deforestation. Global Canopy: 2020

FRENTES

DE AÇÕES

TRANSVERSAIS

FRENTES

DE AÇÕES

TRANSVERSAIS



FRENTES DE AÇÕES TRANSVERSAIS

A seguir, são detalhadas as duas frentes de ações transversais sugeridas: a importância da cultura e o fortalecimento da governança (contemplando as capacidades institucionais locais, a Panamazônia e as interações com instâncias internacionais).

“A Amazônia somos todos nós. Limites do nosso corpo na terra, retorno à terra como caminho. Mãe terra como sujeito de direitos. Criar relações de intimidade com a natureza, com os rios, com a diversidade. Devemos nos reconectar com a natureza.”

(Gustavo Caboco)

A importância da cultura

Para além das ações que deverão ser implementadas pelos governos, empresas, organizações da sociedade civil com o apoio da ciência, é fundamental resgatarmos o significado da Amazônia para a sociedade brasileira, sublinhando seu valor intrínseco, associado ao patrimônio histórico, cultural e natural que a região representa. É preciso trabalhar o conceito de preservação de nosso patrimônio histórico e de nossas raízes para também garantir uma consciência ambiental para o futuro.

Como definir hoje o que é a Amazônia? Inúmeras representações podem ser legítimas, construídas e moldadas ao longo de séculos. O desafio não está em mapear essas representações. **O desafio está em mapear e caracterizar a**



Artista: kambô

sociedade amazônica, com suas contradições e complexidades, seus diferentes fluxos e redes, a partir de dados às vezes dispersos e imprecisos, de dados invisíveis, de grupos invisíveis, de polêmicas e interesses que pairam sobre essa área. É necessário ousar em uma proposta que conecte essas pessoas através do tempo nesse espaço. Perceber e respeitar, por exemplo, o valor da cultura milenar dos povos originários, com todas as suas variantes e adaptações, e dos que vieram depois e se instalaram há séculos nesse território. Atualmente, os modos de vida indígenas são muitas vezes percebidos como ônus, e não como valor. Existe uma inteligência a ser resgatada para se transformar em benefício para a população e êxito na conservação. É essa amarração que tece a cultura e forma a sociedade.

Cada grupo que já estava, ou que por diferentes razões foi chegando e se estabelecendo nessas terras, possui uma relação única com o território (e entre eles), pautada por diferentes ambições e afetos. São identidades em movimento, transtemporais, ativadas e desativadas de acordo com o momento, a condição e os conflitos que se apresentam.

O que se vê na Amazônia Legal é um espaço coberto pela floresta nativa; espaços líquidos, capilarizando esse território juntamente com espaços cinzas, compostos por estradas e cidades mais ou menos organizadas em redes; espaços nus, onde a agropecuária prevalece; e espaços protegidos, sendo essas Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Dentro e sobre esses espaços, diversos grupos vivem, resistem e se reinventam, com maior ou menor permeabilidade entre modos de vida, cultura e identidade.

É preciso **atualizar nossos imaginários sobre o que é a Amazônia**. A memória está nos povos tradicionais, mas está também nos que (i)migraram do Nordeste para trabalhar e fugir da seca, e do Sul, para produzir em novas terras. (I)migrantes esses que há três gerações ocupam a Amazônia, e tiveram/têm que lidar com preconceitos, estereótipos e imagens que por muito tempo perduram sobre os povos tradicionais e sobre eles mesmos para construir uma sociedade. Hoje, todos são amazônidas.

“Colocar a Amazônia no centro do debate significa dignificar todos os corpos que aqui estão. Juntar os cacos – se reencontrar devagar.”

(Marcela Bonfim)

Fortalecimento da governança

Governança designa a necessidade de **governar de forma compartilhada, interativa, colaborativa, multinível e negociada**. A governança é fundamentalmente compartilhada porque plural, heterogênea e socializada. A governança é interativa porque produzida continuamente pelos seus múltiplos protagonistas. A governança é colaborativa porque depende do concurso de todos para sustentar-se. A governança é multinível porque transversal a várias instâncias de governo (do local ao global, passando pelo microrregional, estadual, macrorregional, nacional, continental etc.). A governança é negociada porque dependente do processamento dos conflitos para avançar.

As governanças amazônicas são muitas, heterogêneas e assimétricas. Não há uma governança regional única, mas um conjunto de instâncias de governança de natureza distinta. Articulam municípios, governos estaduais, instâncias subnacionais e outros com dinâmicas próprias, embora entrelaçadas.

A governança da Pan-Amazônia tem na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), fundada em 1995, a tentativa de organização de uma agenda transfronteiriça, baseada nas fronteiras políticas dos países que integram o bioma continental. Embora ainda jovem e relativamente frágil, a OTCA demonstra um importante potencial para o tratamento de assuntos que transcendem as bordas nacionais. Mas precisa de tempo para amadurecer.

A interlocução do governo federal com a região se deu historicamente por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966. Extinta e transformada em Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a SUDAM foi recriada em 2007, no início do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os governos estaduais da Amazônia Legal se organizaram a partir de 2019 no Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, hoje importante instância de interlocução regional ancorada na autoridade político-administrativa dos governos eleitos da região. Dois documentos trazem relevantes reflexões sobre os desafios regionais: o Planejamento Estratégico 2019-2030 (2019) e o Plano de Recuperação Verde (2021).

No contexto amazônico, identifica-se a necessidade de redesenho das formas de governança, incluindo medidas como:

⁶⁴ O papel da sociedade civil não se restringe à participação nas diferentes instâncias de governança. É fundamental a sua atuação, em especial a sociedade civil socioambientalista, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, na formulação e implementação de uma agenda econômica sustentável, em ações estruturantes e transversais.

⁶⁵ De acordo com o Mapa da Amazônia Legal atualizado pelo IBGE em 2021, a região atualmente compreende 9 estados e 772 municípios: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e parte do Maranhão (181 municípios, dos quais 21 foram parcialmente integrados), O Maranhão é o estado com o maior número de municípios na área e tem 79,3% do seu território (ou 261.350,785 km²) integrado à Amazônia Legal.

- Conexão do bioma amazônico com os outros biomas, especialmente em sua relação com a Mata Atlântica (floresta tropical) e com o Cerrado;
- Exercício de arranjos e fluxos de governança menos estanques, tratando de maneira mais tempestiva e eficiente a heterogeneidade amazônica;
- Definição mais clara dos papéis e responsabilidades de cada parte, contemplando especialmente os direitos a acesso a recursos;
- Valorização e autonomia dos arranjos de governança e processos subnacionais;
- Crescente ampliação da participação da sociedade civil⁶⁴ e do setor empresarial nas instâncias de governança;
- Fortalecimento da abordagem da dimensão climática na governança amazônica em sua relação com instâncias nacionais e internacionais, o que passa pelo papel dos diferentes ministérios (Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, entre outros), pelos poderes da federação e pela relação com estados e municípios;
- Papel das agências de regulação dedicadas ao monitoramento das temáticas ambientais (desmatamento, degradação, entre outras) na centralização e descentralização das políticas socioambientais e na elaboração de métricas oficiais e críveis de carbono, recursos hídricos e taxação;
- Ajuste da disfunção de equilíbrio entre poder federativo dos estados e dos municípios.

Capacidades institucionais locais: o papel dos municípios

O desenvolvimento sustentável da Amazônia é um desafio de múltiplas dimensões. As respostas podem vir de diversos atores e fontes, mas **é inegável a importância da ação em nível local, por meio de políticas integradas e incitando os governos nacionais a agir**. O município é o espaço mais estruturante, perene e próximo da vida dos amazônidas. Não há como qualquer projeto de longo prazo se institucionalizar na região sem criar raízes na esfera local, isto é, sem ser recepcionado pelas estruturas administrativas dos poderes locais.

Os 772 municípios⁶⁵ que compõem a região da Amazônia Legal compartilham os tradicionais déficits de capacidades e de recursos que caracterizam a realidade dos governos locais no país. Entretanto, possuem em geral cinco especificidades: a extensão geográfica, o isolamento em relação ao restante do país, o fato de serem predominantemente rurais, a baixa densidade ocupacional

e as carências históricas tanto de políticas públicas quanto de capacidade de articulação institucional.

A ocorrência combinada desses fatores magnifica o desafio do desenvolvimento institucional da região. A pandemia somou-se a um quadro já difícil de escassez de recursos, desemprego, falta de pessoal qualificado e ausência de perspectivas de crescimento nas administrações públicas locais. Os prefeitos e prefeitas encontram-se sob pressão intensa do eleitorado, constituído por pessoas com nome, sobrenome e endereço. A comunidade internacional, por sua vez, convoca essas mesmas lideranças a tomarem posições fortes no combate às mudanças climáticas.

Os desafios se mostram ainda mais expressivos quando se levam em conta os riscos da devastação florestal associados às grandes obras, sejam eles diretos - construção da infraestrutura, estradas, canteiro de obras, acampamentos - ou indiretos - ocupação desordenada do solo, maior pressão sobre recursos florestais, especulação imobiliária, etc.⁶⁶ Nesse contexto, os governos locais têm de se haver com um passivo social, econômico, legal e socioambiental de impacto imenso, sobretudo em territórios indígenas e quilombolas, dos quais tampouco os governos estaduais e federal dão conta.

Por essas razões, faz-se necessário apoiar os governos locais e subnacionais, em conjunto com outras esferas de governo, sociedade civil, universidades e setor privado, no fortalecimento das capacidades institucionais para cumprimento de legislações⁶⁷ e acordos para o clima⁶⁸ e para adoção de políticas municipais resilientes às vulnerabilidades climáticas e econômicas, compreendendo mecanismos coordenados para implementação de ações integradas, planejadas e priorizadas dentro do orçamento público, com metas e indicadores bem definidos.

Essas ações devem ser construídas de forma transversal, envolvendo políticas locais direta ou indiretamente conectadas à agenda climática: saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, mobilidade urbana, TICs, abastecimento, agricultura e pesca, meio ambiente, desenvolvimento econômico, emprego, renda e tantas mais. O momento é uma oportunidade-chave para mobilização de recursos nacionais e internacionais para o financiamento de projetos.

⁶⁶ Centro de Estudos em Sustentabilidade - Fundação Getúlio Vargas (FGVces). Mapa dos Caminhos: Proteção Territorial Indígena. 31 de jul. de 2015. Disponível em: http://indicadores-debelomonte.eco.br/attachments/06febf-7415c4bce0e6d78511fb-bc713a880119b7/store/7a2d2b6f-dc74661fbc65df-c75e00bb658c37196d-840b7e87615d7721fd62/MapadosCaminhos_ProtecaoTerritorialIndigena_jul15.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

⁶⁷ Dos 9 estados amazônicos, 7 possuem legislações estaduais sobre mudanças climáticas (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Tocantins); além de 3 capitais da região (Manaus, Palmas e Porto Velho). Fonte: ICLEI; Programa Cidades Sustentáveis: Guia de Ação Local pelo Clima. São Paulo, Brasil. Disponível em: https://www.cidades-sustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Acao_Local_pelo_Clima.pdf. Acesso em 24 set. 2021.

⁶⁸ Agenda 2030 e ODS, Acordo de Paris, Aliança pelo Clima Brasil; Carta dos órgãos estaduais de meio ambiente pelo clima; Deadline 2020; Governadores pelo Clima; Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia e Race to Zero.



Artista: Rui Machado

69 <http://otca.org/pt/quem-somos/>

Pan-Amazônia

Os territórios da Pan-Amazônia são diversos e combinam uma série de questões de interesse comum. Nesse sentido, há várias iniciativas regionais firmadas nas últimas décadas:

Iniciativas Pan-amazônicas

OTCA

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é uma organização intergovernamental formada por oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. É o único bloco socioambiental da América Latina e adota uma visão de Cooperação Sul-Sul nas dimensões político-diplomática, estratégica e técnica. Visa criar sinergias entre governos, organizações multilaterais, agências de cooperação, sociedade civil organizada, movimentos sociais, comunidade científica, setores produtivos e a sociedade como um todo.⁶⁹

TCA

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em julho de 1978 com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico dos territórios amazônicos, de maneira que as ações conjuntas gerem resultados equitativos e mutuamente benéficos para alcançar o desenvolvimento sustentável da região. Como parte do tratado, os países membros assumiram o compromisso comum de preservar o meio ambiente e usar racionalmente os recursos naturais da Amazônia.

Pacto de Leticia

Trata-se de acordo de cooperação firmado em setembro de 2019 pelos governos da Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname visando promover ações concretas para garantir a proteção da Amazônia. O pacto propõe ação integrada entre países que compartilham o bioma amazônico e lista 16 pontos para os quais os países signatários pretendem colaborar. Os objetivos incluem gerar respostas conjuntas aos desastres que podem ocorrer em qualquer país, fortalecer a ação regional para enfrentar pressões como desmatamento, extração seletiva de madeira e exploração ilegal de minerais, avançar na geração de conhecimento científico para tomar as melhores decisões para a proteção da Amazônia, criar iniciativas de restauração florestal, usar os recursos de forma sustentável, agir no fortalecimento da mulher e de povos indígenas e criar campanhas educacionais sobre a importância da Amazônia.

O pacto foi firmado na cidade de Leticia, na tríplice fronteira Colômbia-Peru-Brasil. O Pacto de Leticia é fundamental para a maior colaboração entre os países amazônicos. Uma ação conjunta de todos os países que compartilham a floresta é uma expectativa antiga de muitos que atuam na região, principalmente nos temas socioambientais e econômicos. Dentre as inúmeras frentes de atuação, essa ação coletiva e integrada poderia permitir ações mais rápidas e eficientes de controle e combate ao desmatamento e a incêndios.⁷⁰

Sínodo de bispos para a Pan-Amazônia

Anunciado em 2017 pelo Papa Francisco, o Sínodo da Amazônia trata de assuntos comuns aos nove países do bioma organizados em dois eixos: pastoral católica e ambiental. Esse sínodo, como mecanismo de consulta do papa, foi convocado para debater e fornecer material para que ele dê diretrizes ao clero. Conforme o Documento Preparatório, a Assembleia Especial para a Pan-Amazônia foi convocada para encontrar novos caminhos para fazer crescer o rosto amazônico da Igreja e também para responder às situações de injustiça da região. Preocupado com as populações indígenas, em sua convocatória o papa manifestou que “Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados em seus territórios como o estão agora. A Amazônia é uma terra disputada em várias frentes”.

Após o sínodo da Amazônia, o Papa Francisco se manifestou em sua Exortação Apostólica Pós-Sinodal, compartilhando “Sonhos para a Amazônia” com sua Igreja e o mundo inteiro. Em seu clamor, o pontífice buscou despertar a estima e solicitude por essa terra, convidando-nos a admirá-la e reconhecê-la como um mistério sagrado. Na Exortação⁷¹, o Papa formulou quatro grandes sonhos inspirados na Amazônia: a) uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida; b) uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza; c) uma Amazônia que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas; d) comunidades cristãs capazes de se dedicar e encarnar de tal modo na Amazônia que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos.

Lideranças femininas indígenas

Os Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs) possuem pelo menos 25% do território da Amazônia. Estudos demonstram que as terras administradas por eles são mais bem protegidas contra o desmatamento. Em toda a Amazônia, as mulheres indígenas desempenham um papel crítico na gestão ambiental. Há casos como o das caiapós liderando suas comunidades em protestos contra a extração ilegal de madeira e mineração, mulheres líderes defendendo a conservação da

70 https://www.minambiente.gov.co/images/2019/PLAN_DE_ACCION_PACTO_DE_LETICIA_POR_LA_AMAZONIA.pdf
<https://id.presidencia.gov.co/Documents/190906-Pacto-Leticia-Amazonia-Ingles.pdf>

71 Exortação Apostólica Pós-Sinodal. Querida Amazonia. Do Santo Padre Francisco. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html. Acesso:04/10/2021

⁷² <https://www.conservation.org/brasil/noticias/2021/05/13/mulheres-indigenas-em-solucoes-ambientais-na-amazonia>

natureza perante o governo como uma forma de proteger suas terras, mulheres guerreiras da floresta que impedem madeireiros ilegais de entrar em seus territórios indígenas.

Apesar de seu papel crítico, as mulheres são frequentemente marginalizadas dos processos de tomada de decisão e negligenciadas quando surgem oportunidades para seu desenvolvimento. Embora haja certamente exemplos de forte liderança feminina indígena, ainda existe uma lacuna na participação e na tomada de decisões delas em todos os níveis, e poucas oportunidades para criar líderes femininas na geração seguinte. Isso leva a políticas e iniciativas injustas nos níveis local, nacional e internacional, reduz o sucesso dos esforços climáticos e de conservação e continua a prejudicar as mulheres indígenas.⁷²

Algumas questões de interesse para a Pan-Amazônia

As ações entre países em prol da conservação ambiental e de desenvolvimento sustentável podem ser muito positivas. Esse trabalho conjunto pode ajudar mais facilmente a evitar o ponto de inflexão que degradaria o ciclo hidrológico, levando à diminuição das chuvas na América do Sul e afetando o abastecimento de água nos centros urbanos e nas áreas agrícolas. Pouco adianta um país realizar um grande esforço de conservar e preservar seu quinhão de Amazônia se os outros não fizerem a mesma coisa. Quem sozinho preservou pode, eventualmente, acabar sofrendo os impactos negativos do desmatamento e dos incêndios florestais amazônicos dos vizinhos. Por isso, a conservação da Amazônia só pode ser atingida de forma conjunta. Há várias formas para isso acontecer. A seguir são apresentados alguns exemplos e recomendações preliminares, a serem debatidos contínua e coletivamente:

Transferência de tecnologia

- Importância do intercâmbio de tecnologias, inclusive as sociais e dos povos originários, com a devida compensação.

Economia

- Acordos podem ser estabelecidos para que os países signatários estabeleçam cooperações a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável da região;
- Mercados sustentáveis podem ser voltados a produtos florestais e aqueles livres de desmatamento no intuito de que recebam incentivos fiscais em todos os países do acordo;
- Investimentos podem ser coordenados entre atores financeiros em prol de negócios sustentáveis para além das fronteiras de um único país.

Meio ambiente

- Combate colaborativo urgente contra incêndios;
- Coordenação de ações e metas de combate ao desmatamento;
- Criação e manutenção de parques ou reservas transfronteiriças que englobem mais de um país com vista a apoiar muitos povos que vivem nas fronteiras e ainda promover o turismo, gerando renda para os locais;
- Ação conjunta de organizações governamentais e não governamentais, do setor acadêmico e de empresas, no fortalecimento de ações em prol da proteção dos ecossistemas.

Urbanização

- Políticas de defesa e garantia de direitos para os povos indígenas, comunidades ribeirinhas, refugiados e/ou outros grupos em situação de vulnerabilidade que migraram de seus territórios originários para as cidades (medidas de cidadania básica como a emissão de documentação pessoal);
- Combate à xenofobia e à criminalização dos migrantes da Pan-Amazônia para as cidades;
- Combate ao tráfico de pessoas, especialmente o de mulheres, para fins de exploração sexual e comercial;
- Ações de ordenamento territorial considerando o crescimento insustentável das atividades agropecuárias, extrativistas e madeireiras da Amazônia e seus impactos em forma de desenvolvimento urbano desigual e predatório na bacia amazônica.

Criminalidade

- O combate à criminalidade deveria se tornar uma das prioridades devido à presença de atividades ilícitas na região amazônica.

Interações com as instâncias de governança internacionais

O enfrentamento das crises globais ambientais – mudança do clima, perda da biodiversidade, desequilíbrio dos serviços ecossistêmicos e poluição – vem impondo necessidades urgentes de mudança nos processos de desenvolvimento econômico e social. No caso brasileiro, não há como buscar soluções nacionais robustas e com escala sem a ambição política em busca de um inovador processo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

O momento atual deve ser visto como uma oportunidade histórica de alinhamento entre valores domésticos e globais e de uma política externa que tenha o processo de desenvolvimento sustentável e a segurança climática como paradigmas. A questão socioambiental é central para o desenvolvimento do Brasil e, portanto, para a sua política externa no século XXI. A Amazônia é parte-chave do processo de desenvolvimento do país e deve estar nessa equação como um ativo político de realinhamento contemporâneo nacional.

Para esse debate, é importante observar e reforçar os seguintes aspectos:

- **Restauração da liderança do Brasil no tema.** Trata-se de recuperar o papel internacional do país na questão, de forma compatível com o seu patrimônio natural e sociocultural e com a ambição de contribuir para um mundo melhor.
- **A Amazônia é ponto crítico e estruturante desse processo.** Não somente quanto à credibilidade internacional do país, mas quanto à sua apropriação pelos brasileiros. Ou seja, propõe-se uma visão própria, objetiva, abrangente, diversa, bem fundamentada e compartilhada com os amazônidas sobre o que o Brasil quer para a região no presente e no futuro.
- **O futuro do Brasil passa pela Amazônia.** Mudanças decisivas para frear os atuais rumos de destruição precisam ser tomadas hoje e adotadas na década de 2020-2030. A sua natureza não pode ser substituída. Os seus povos tradicionais são os guardiões dos fundamentos civilizatórios do que somos como sociedade. Ou seja, o futuro está no que está de pé e precisa continuar de pé: floresta, biodiversidade, natureza e a diversidade étnico-cultural da nossa sociedade.
- **O papel da Amazônia na relevância global do país.** A Amazônia não é maior que o Brasil, mas, nesse novo contexto geopolítico, é importante ter visão inovadora e pragmática para ambicionar um lugar no mundo considerando a sua heterogeneidade política, social e ecológica. E guiar-se por uma diversidade de caminhos possíveis, entendendo as suas realidades e o seu potencial de também impactar os novos rumos do Brasil.
- **O que se quer da Amazônia enquanto país e enquanto nação, e o que a Amazônia quer do Brasil e do mundo.** Parece essencial entender as atuais narrativas que prevalecem no contexto nacional e internacional sobre a região. No entanto, nada progride sem o revelar e o exercer os interesses e os olhares dos brasileiros que vivem na heterogeneidade dos seus territórios ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos.

É urgente que se construa uma visão pactuada sobre a Amazônia entre os brasileiros e os brasileiros que lá vivem. Essa visão é organizadora de relações inovadoras da Amazônia com o Brasil e vice-versa. Também é orientadora de uma nova pactuação do Brasil com o mundo sobre a agenda global socioambiental e climática e o papel solidário do Brasil com o planeta. Essa visão também deve convergir com os interesses de integração regional e alicerçar-se num olhar diplomático dedicado à região.

Essa trajetória requer mudanças na política externa brasileira para que se busque uma visão de cooperação internacional que possa ser transformada em uma ação concreta na Amazônia e no mundo, com ampla mobilização e sinergia de ação entre atores públicos e privados.

As perspectivas estratégicas desse desafio demandam uma plataforma de cooperação internacional arrojada, que dialogue com as agendas do futuro e com princípios comuns que modelam uma articulação inovadora entre os países amazônicos. A preservação dos interesses nacionais requer que o Brasil fique de frente para a Amazônia e seus vizinhos. A América do Sul é indispensável à preservação dos interesses vitais brasileiros, inclusive à política ambiental regional. É urgente que o Brasil pense o desenvolvimento da Amazônia sob a ótica regional e busque ousadia na proposição de uma política regional ambiental.

É essencial, ainda, ter melhor compreensão e domínio da progressiva influência dos temas socioambiental e climático no debate multilateral internacional. Não só quanto ao conteúdo. Esses temas imprimem novas dinâmicas à cooperação, fortemente influenciada pelos novos papéis conferidos aos *non-state actors*, notadamente o setor privado, as ONGs e a ciência. Aos estados, além do papel reativo, caberá navegar sob o pressuposto da corresponsabilidade e do coprotagonismo.

Ações concretas: por onde começar a transição?

Conjunto de propostas não exaustivo

Economia

- Programas voltados para a economia da regeneração (restauração de florestas nativas), incluindo P&D silvicultura de nativas, incentivos fiscais e financeiros (fundamentados nas externalidades positivas geradas).
- Esforço para monetização e valoração de externalidades positivas, especialmente do carbono e da água, para criação de métricas justas, fomentar mercados e distribuir riqueza de forma justa e transgeracional;
- Fortalecimento de cadeias agroalimentares já existentes, mas subexploradas (ex.: castanhas, frutas etc.), com assistência técnica, logística e armazenamento, controle fitossanitário, acesso a mercados (“commoditização” dos produtos florestais não madeireiros e fortalecimento da economia da exportação);
- Políticas internacionais de comércio voltadas à rastreabilidade das cadeias completas de commodities, assegurando mínimo impacto ambiental (desmatamento zero) e respeito do direito sobre a terra de outros proprietários (sem invasão e sobreposição);
- Ações de incremento das economias de áreas já desmatadas/degradadas (ex.: agricultura e mineração), contemplando as diferentes escalas de produção (em especial o pequeno produtor e a agricultura familiar);
- Ações voltadas a redes de conhecimento produtivo, ou seja, diagnóstico das estruturas de mercado da bioeconomia e construção de mecanismos colaborativos que fortaleçam os princípios norteadores da bioeconomia amazônica;
- Novos modelos de negócios com base na adoção da lógica da circularidade e a partir da valorização de resíduos agroflorestais e urbanos;
- Incentivos à economia criativa por meio da valorização de atividades como o turismo, a gastronomia e a produção audiovisual, e ao processamento industrial com uso de tecnologia avançada;
- Políticas para direitos autorais e para evitar biopirataria e apropriação cultural dos conhecimentos originais;
- Ampliação do número de áreas sob concessão florestal e diversificação das atividades econômicas sustentáveis nas concessões florestais, como geração de créditos de carbono, turismo, reflorestamento e pesquisa e desenvolvimento de produtos com espécies nativas.

Instrumentos fiscais e mecanismos financeiros

- Desenvolvimento de mecanismos financeiros voltados para a conservação, além do carbono. Ex.: alternativas de seguros e resseguros, financiados por setores beneficiados

com a conservação (clima, biodiversidade etc.);

- Garantia de recursos para a implementação do Programa Nacional de PSA;
- Incorporação de variáveis relacionadas a clima e biodiversidade nas análises de risco financeiro.
- Condicionantes de financiamento agrícola à rastreabilidade e à eliminação do desmatamento ilegal;
- Políticas fiscais com contrapartidas para conservação;
- Instrumentos inovadores de financiamento que permitam adaptar as relações risco-retorno aos diversos tipos de investidores.

Ordenamento territorial e regularização fundiária

- Fortalecimento e aplicação efetiva de ações de comando e controle para combate à grilagem e ao desmatamento ilegal e aplicação do Código Florestal;
- Adoção de mandatos em cargos estratégicos, autonomia administrativa e orçamentária, entre outras medidas, para garantir a implementação de uma política de Estado;
- Suspensão de mudanças dos marcos regulatórios da regularização fundiária até que os avanços dentro de marcos atuais se concretizem;
- Garantia dos direitos territoriais/coletivos (posse e uso da terra) e geração de oportunidades econômicas para comunidades tradicionais e povos indígenas;
- Continuidade dos programas de governança de terras e regularização fundiária liderados pelos governos estaduais mesmo nas trocas de gestão;
- Implementação de um sistema robusto e funcional de administração de terras, com integração de informações e coordenação entre os órgãos;
- Ações conjuntas entre instituições públicas para retomada de áreas em vias de titulação que descumprem as cláusulas resolutivas;
- Regularização fundiária dos possuidores de direito conforme legislação vigente;
- Programa Nacional de rastreabilidade, com abertura completa de informações (GTAs, DOFs, autorizações de manejo, garimpo, certificação no SIGEF etc.);
- Governança para efetiva participação social.
- Cancelamento dos registros irregulares no CAR, sobretudo aqueles sobrepostos com unidades de conservação e terras indígenas.

Ciência, tecnologia e inovação

- Programa Nacional de CT&I voltado para o bioma amazônico (por exemplo, pesquisa básica e aplicada à bioeconomia e saúde integral das populações), com uma

perspectiva de longo prazo, ampliação de investimentos e consistência na execução;

- Fortalecimento das instituições de ensino para a formação, retenção e ampliação do número de pesquisadores na região, bem como melhoria dos centros de pesquisa amazônicos existentes em conjunto com a criação de novas instituições;
- Articulação entre as bases de conhecimento científico e tecnológico;
- Iniciativa transdisciplinar que reúna os diferentes saberes amazônicos, a partir de temas prioritários como bioeconomia baseada na sociobiodiversidade, sistemas agroalimentares, saúde integrada (One Health), medicina e fármacos, e bioinsumos;
- Incentivo ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação, contemplando startups de base tecnológica e o desenvolvimento de cadeias produtivas amazônicas completas;
- Mapeamento de capacidades, aptidões e estágios de desenvolvimento em CT&I no ambiente amazônico, conectando esforços de pesquisa, formação de pesquisadores e consolidação de negócios;
- Priorização da produção de conhecimento que promova inclusão social e geração de renda, além de ser compatível com a conservação da floresta;
- Valorização do conhecimento tradicional para a construção participativa de novas cadeias produtivas;
- Ações de educação ambiental, capacitação dos jovens da Amazônia; incentivo à participação da população local em ciência.

Infraestrutura

- Elaboração do conceito de infraestrutura verde/sustentável para o contexto amazônico;
- Concepção de um plano de logística para escoamento de produtos das cadeias amazônicas. Planejamento de infraestruturas urbanas adequadas à relação das cidades com os rios e florestas, especialmente para soluções de saneamento básico.

Questões indígenas

- Elaboração de plano de proteção e vigilância das terras indígenas, para assegurar a sua integridade territorial;
- Apoio às iniciativas dos povos indígenas e de suas organizações que aliam atividades sustentáveis de geração de renda com a preservação da floresta em pé, com o respeito integral aos seus usos, costumes e tradições;
- Programa científico de pesquisa e recuperação da

população de peixes dos rios amazônicos, em especial de Terras Indígenas e de rios de água preta;

- Iniciativas de proteção dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados aos povos indígenas;
- Desenvolvimento de programa de ciência indígena, para impulsionar a formação de jovens indígenas em áreas fundamentais para a proteção de suas terras: biologia, florestas, mudanças climáticas, águas e solo;
- Programa de acesso digital para os povos indígenas em suas terras;
- Garantia dos recursos orçamentários para viabilizar a plena execução da desintrusão das Terras Indígenas;
- Mecanismos financeiros inovadores para apoiar os projetos de futuro dos povos indígenas, por meio do BNDES, BASA, Caixa Econômica Federal, Bancos Privados, com a oferta de garantias do Tesouro ou por meio de um Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Ações estruturantes

- Programa de Infraestrutura digital e conectividade para a região toda;
- Programa de acesso universal à energia;
- Programa de educação específico pela Amazônia (condições físicas e culturais);
- Fortalecimento do SUS;
- Programa integrado de combate às ilegalidades na Amazônia;
- Integração interestadual de sistemas e ferramentas ambientais de monitoramento, fiscalização, licenciamento, multas e embargos e administração de terras;
- Adoção de moratória do desmatamento até que os instrumentos adicionais de incentivo ao não desmatamento sejam implementados e incorporados pela sociedade.

Ações transversais

- Políticas e medidas conjuntas, por meio de consórcio, grupo de trabalho ou comitês técnicos, inclusive entre estados e municípios;
- Mobilização e atração de mecanismos e fontes de recursos para projetos vinculados ao Plano de Recuperação Verde (PRV).

Nota: BASA – Banco da Amazônia; BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; CAR – Cadastro Ambiental Rural; CTEI – Ciência, Tecnologia & Inovação; DOF – Documento de Origem Florestal; GTA – Guia de Trânsito Animal; P&D – Pesquisa & Desenvolvimento; PSA – Pagamento por Serviços Ambientais; SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária; SUS – Sistema Único de Saúde.

A INICIATIVA

UMA CONFER

TAÇÃO PELO

AMAZÔNIA

A INICIATIVA

UMA CONFER



A INICIATIVA UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA

Uma Concertação pela Amazônia é uma rede de mais de 400 lideranças formada em 2020 para criar soluções para a conservação e o desenvolvimento sustentável da região Amazônica.

É também um espaço democrático e plural em que dezenas de iniciativas se encontram com o intuito de desfragmentar o debate e as ações para a Amazônia. Acreditamos que o engajamento em rede permite a ampliação da capacidade individual de articulação entre recursos e conhecimento para alcançar escala e cooperação inovadora e gerar propostas para o desenvolvimento da região.

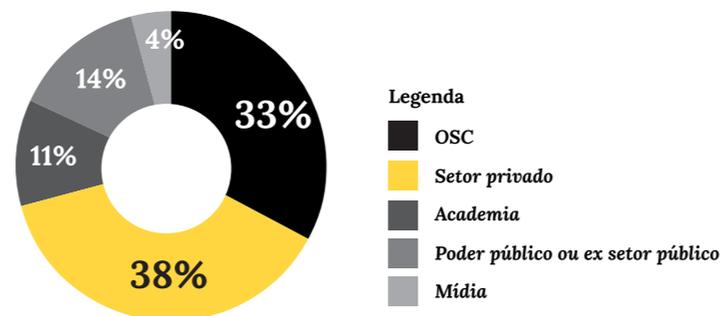
A iniciativa se baseia em quatro pilares fundamentais: **(i) desenvolvimento** (compreensão dos modelos de desenvolvimento para propor uma agenda capaz de conter a degradação ambiental, conciliando capital natural e justiça social), **(ii) negócios** (como um tipo de organização fundamental para o desenvolvimento regional), **(iii) institucional** (fortalecimento das capacidades institucionais de organizações públicas estaduais e não estatais), e **(iv) governança** (mecanismos, arenas, protagonistas e regras do jogo de governabilidade da região). Um aspecto fundamental para fomentar a mobilização desta rede é a compreensão dos ativos e fluxos socioambientais da Amazônia como chave para o equilíbrio climático, conservação da biodiversidade, vitalidade dos serviços ecossistêmicos, valorização da cultura regional pan-amazônica e inovação institucional.

Uma Concertação pela Amazônia em números

250
organizações

400
lideranças

19%
da Amazônia

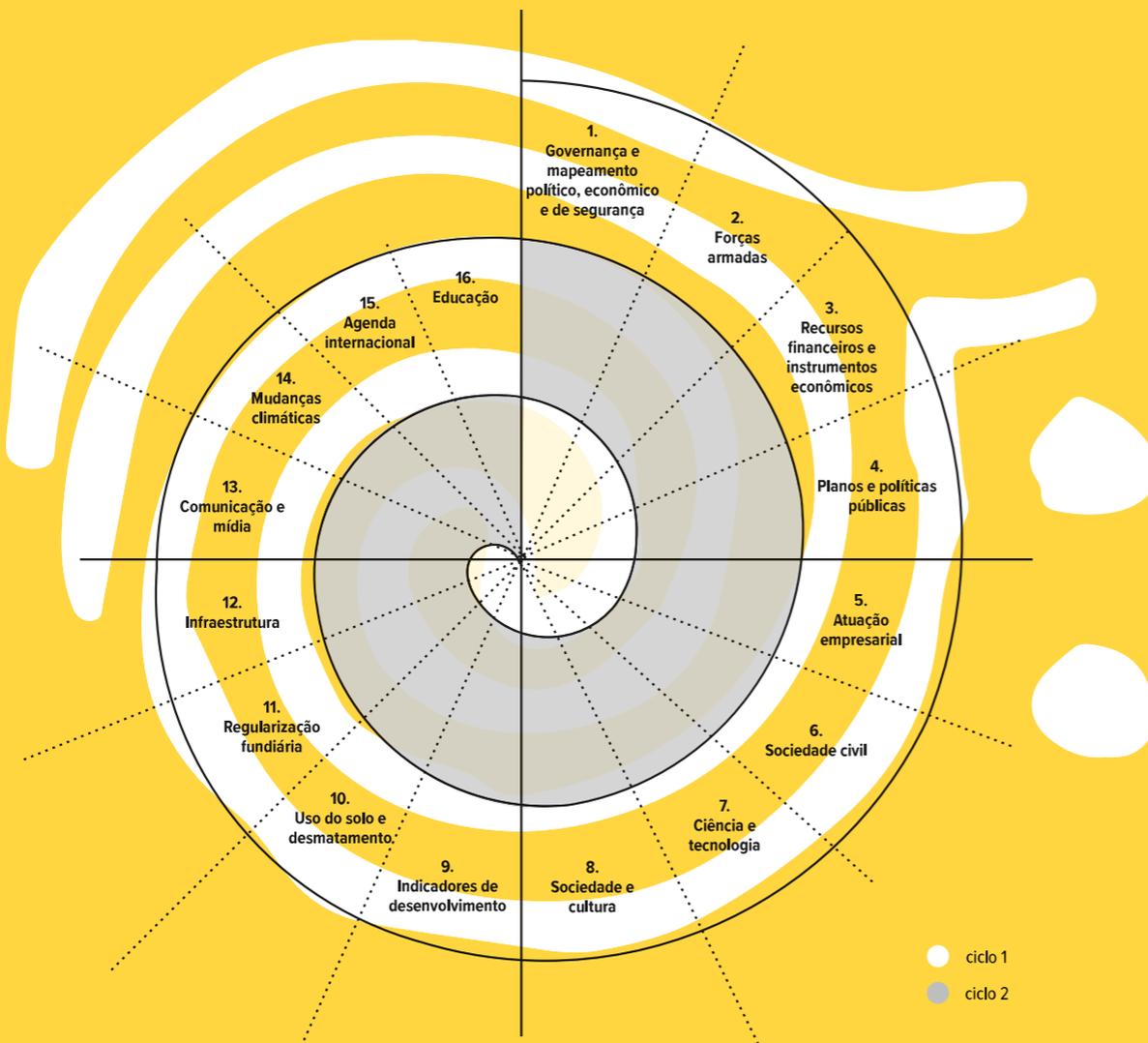


Artista: Paula Sampaio

Um dos primeiros passos no caminho de constituição da Concertação foi estabelecer um núcleo chamado “Reconhecendo a Amazônia”, que é uma base de conhecimento sistematizada sobre a região dividida em 16 áreas temáticas:

Reconhecendo a Amazônia

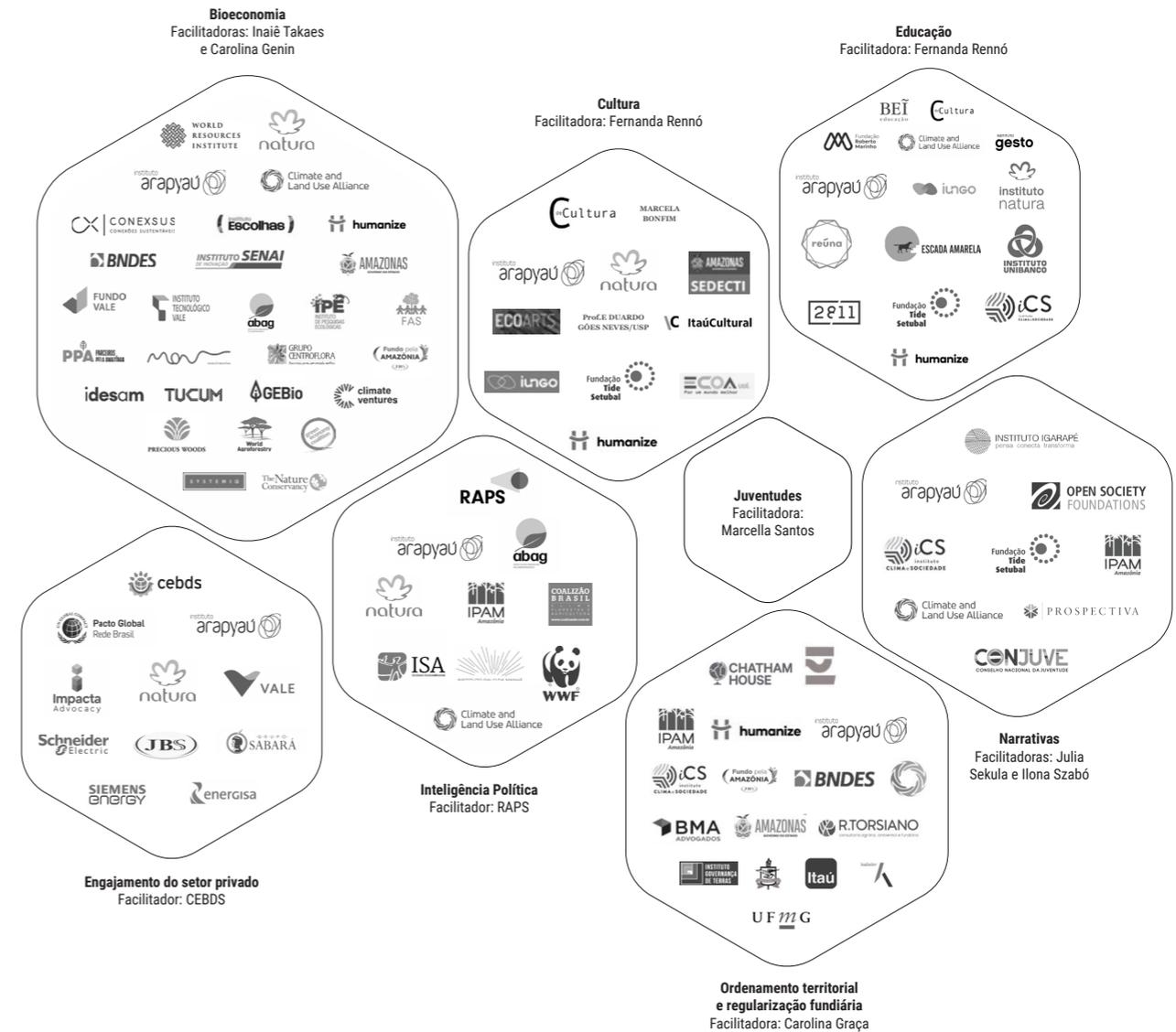
Ampla base de conhecimento sistematizado sobre a região



A rede também está engajada em grupos de trabalho (GTs) orientados à ação e organizados de acordo com os seguintes temas:

Grupos de Trabalho

Outubro 2021



GT BIOECONOMIA

Objetivo: Esta frente nasceu motivada pela existência de diferentes interpretações sobre bioeconomia no contexto da Amazônia, e por suas implicações para os modelos de negócios sustentáveis e políticas públicas que o grupo busca fortalecer. O foco é escalar a bioeconomia valorizando a sociobiodiversidade do Brasil. Para tanto, o GT se propõe a promover a articulação de redes de empreendedores, financiadores, gestores públicos, lideranças locais e empresariais, entre outros.

Entregas: proposta de framework para bioeconomia na Amazônia; realização do 1º Fórum de Inovação em Investimento na Bioeconomia Amazônica; white paper para a sessão “O que significa bioeconomia?”, do Global Landscape Forum Amazônia 2021.

GT CULTURA

Objetivo: É um espaço de diálogo e ação sobre a diversidade sociocultural da Amazônia. O grupo busca formas de revelar essa diversidade, de modo que a arte e a cultura ultrapassem o aspecto ilustrativo e de entretenimento, e passem a ser consideradas como fontes de informação sensível e envolvimento com esse território.

Entregas: inserção da dimensão cultural, com artes e artistas da Amazônia, em todos os ambientes e ações da Uma Concertação pela Amazônia (plenárias, webinars, produtos de conhecimento, entre outros).

GT EDUCAÇÃO

Objetivo: Construir processos em educação que impactem positivamente a conservação e uso sustentável da Amazônia é a finalidade desta frente. O grupo acredita que as ações estruturantes para o tema na Amazônia passam por inserir a região nos currículos de ensino de todo o Brasil, integrar o mundo do trabalho a partir da educação profissional e técnica como parte do desenvolvimento da região, apoiar a melhoria da infraestrutura de conectividade, e letramento midiático e educação para a democracia.

Entregas: concepção do programa Itinerários Amazônicos, com foco no Ensino Médio, para implementação nas escolas públicas, em 2022 (em andamento).

GT ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO

Objetivo: Tem como principal objetivo unir esforços e vocalizar compromissos empresariais sobre temas relevantes para a Amazônia. Assim, por meio de um alto nível de articulação do setor privado, o grupo busca posicionamentos que levem a ações concretas e mudanças estruturais a partir do protagonismo das empresas como geradoras de impactos positivos no desenvolvimento da Amazônia.

Entregas: construção de posicionamento do setor empresarial sobre a Amazônia visando a COP26, tendo como tema central o incentivo ao desmatamento zero e promoção de uma economia inclusiva e regenerativa.

GT INTELIGÊNCIA POLÍTICA

Objetivo: Se propõe a monitorar e analisar temas socioambientais no legislativo e executivo federais e no debate público. Por meio desse monitoramento ativo, o grupo busca antecipar-se a pautas e mudanças no cenário político e diminuir o déficit informacional e de inteligência política de organizações do campo socioambiental que trabalham com ação política, mobilização, incidência e advocacy.

Entregas: relatórios semanais, com resultados do monitoramento executivo, legislativo e debate público, com reflexão coletiva acerca das informações trazidas pelos produtos; relatórios analíticos e temáticos, a partir de temas pré-definidos com o grupo (mercado de carbono, licenciamento ambiental, regularização fundiária, entre outros).

GT JUVENTUDES

Objetivo: Busca ouvir, inserir e representar as diferentes vozes de uma população representada por quase 50 milhões de brasileiros, entre 15 e 29 anos, nas discussões relacionadas ao presente e ao futuro da Amazônia. O grupo utiliza esse espaço como um ambiente de articulação e empoderamento das diferentes juventudes, com potencial de capilaridade em todo território amazônico, e atua de forma transversal, consultiva e construtiva em todas as frentes de atuação da iniciativa.

Entregas: em andamento.

GT NARRATIVAS

Objetivo: O GT Narrativas se reuniu com o propósito comum de buscar, testar e estimular narrativas contemporâneas sobre a Amazônia, que desbanquem paradigmas historicamente estabelecidos, e que auxiliem a reconectar a região com a identidade do cidadão brasileiro e a reinserir o Brasil na geopolítica global.

Entregas: em andamento.

GT ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Objetivo: Este GT entende que o ordenamento territorial e a regularização fundiária são processos necessários para promover o desenvolvimento sócio econômico e frear o desmatamento na Amazônia. Para tanto, o grupo se propõe a qualificar do debate acerca desses temas, identificando os gargalos, ambiguidades e o que pode ser feito para superar o caos fundiário na região. O grupo também busca congregiar todos os atores-chave envolvidos nessa dinâmica, debatendo, gerando e compartilhando conhecimento, bem como à articulação para implementação de projetos pilotos, que possam servir como exemplos de possíveis caminhos para superação de barreiras históricas ao avanço dessas agendas.

Entregas: guia com quatro perguntas-chaves sobre regularização fundiária e mudança de marco legal; paper “Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária na Amazônia: do caos à superação” (em andamento).

A construção de visões para o desenvolvimento sustentável na região envolve uma reconexão da Amazônia como identidade de brasileiros e cidadãos do mundo, baseada no conhecimento da região e na escuta atenta das muitas vozes da Amazônia e sobre a Amazônia. Concertar essa diversidade de visões significa dialogar, compartilhar e também criar novos espaços políticos. Significa expandir a capacidade coletiva de falar e escutar para acolher as muitas vozes e renegociar continuamente os caminhos do desenvolvimento da Amazônia. Essa é a ambição desta rede que está apenas começando.

Sobre este documento

Este documento pretende, a partir de uma abordagem macro, consolidar aprendizados e oferecer uma síntese dos conteúdos e propostas capturados nas interações dos integrantes da rede da Concertação desde a sua origem. O conteúdo foi elaborado com base em:

- Diálogos entre os participantes da Concertação, em especial nas reuniões plenárias e webinários, para debater os diferentes conhecimentos e propostas de ações para a Amazônia.
- Debates e propostas realizadas no âmbito dos Grupos de Trabalho da Concertação.
- Iniciativas e proposições de planos de desenvolvimento para a Amazônia brasileira e pan-amazônica baseadas na sistematização e/ou produção de conhecimento e/ou formulação de propostas para ações concretas (políticas públicas e iniciativas privadas), a exemplo de:

Amazônia do Futuro - Fundação Getulio Vargas (2021)

Plano de Recuperação Verde - Consórcio Interestadual da Amazônia Legal (2021)

Plano Amazônia 21/22 - Conselho Nacional da Amazônia Legal (2021)

Projeto Amazônia 2030 - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Centro de Empreendedorismo da Amazônia, Climate Policy Initiative (CPI) e Departamento de Economia da PUC-Rio (2021)

Iniciativa Rethinking Amazon - Chatham House (2021)

The Amazon We Want - Science Panel for the Amazon (2021)

Plano Estadual Amazônia Agora - Estado do Pará (2020)

Outras iniciativas de planejamento e políticas de desenvolvimento para a Amazônia foram propostas anteriormente, a exemplo do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) - Ministério do Meio Ambiente (2004) e Plano Amazônia Sustentável (2008).

- Consultas prévias à disponibilização pública da estrutura e do conteúdo do presente documento. Foram realizadas reuniões bilaterais, em pequenos grupos e um debate mais amplo sobre o documento em reunião plenária realizada com a rede toda da Concertação no dia 13 de setembro de 2021.

Agradecimentos

Adalberto Val	Celina Xavier de Mendonça	Gen. José F. Iasbech	Karina Simão	Paulo Barreto	Sérgio Luz
Adalberto (Beto) Veríssimo	Cira Moura	Georgia Pessoa	Katia Abreu	Paulo Bellotti	Sérgio Rial
Adnan Demachki	Claudio Pádua	Glaucio Neves Fernandez	Laura Carvalho	Paulo Coutinho	Simão Jatene
Adriana Moreira	Daniela Gomes	Gonzalo Muñoz	Laura Waisbich	Paulo Dallari	Sir Partha Dasgupta
Adriana Ramos	Daniela Lerda	Graziela Silva	Leticia Osório	Paulo Emílio Andrade	Sônia Gomes
Aldo Polastre	Débora Passos	Grazielle Cardoso	Lilia Schwarcz	Paulo Pianez	Tasso Azevedo
Alexandra Moreira López	Deborah Goldemberg	Guilherme Fowler	Liz Davidson	Pedro Abramovay	Tatiana Botelho
Alexandre Prado	Denise Hills	Guilherme Leal	Luana Maia	Pedro Gandolfo Soares	Tatiana Fauza
Amanda Schutze	Dioneia Ferreira	Gustavo Bernardino	Luciana Villa Nova	Pedro Meloni Nassar	Tatiana Schor
Ana Alice Biedzicki	Denis Minev	Gustavo Caboco	Luis Roberto Barroso	Pedro Passos	Teresa Bracher
Ana Carolina Avzaradel	Éber Gonçalves	Gustavo Morelli	Luiza Raj	Pedro Villares	Thomaz Nogueira
Szklo	Eduardo Goes Neves	Helder Barbalho	Marcela Bonfim	Pedro Wongtschowski	Ticiana Alvares
Ana Carolina Fiorini	Eduardo Tavares	Heloisa Griggs	Marcello Brito	Peter Andersen	Todd Stern
Ana Carvalhido	Eduardo Viola	Hussein Kalout	Marcelo Behar	Philippe Prufer	Tom Shannon
Ana Cristina Barros	Eliakin Rufino	Iago Hairon	Marcia Chame	Rachel Bastos	Valmir Ortega
Ana Paula Souza	Eline Martins	Ilona Szabó	Marcio Astrini	Rachel Biderman	Virgilio Viana
Ana Toni	Elizabeth Farina	Izabella Teixeira	Márcio Pereira	Rachel Costa Monteiro	Walter Schalka
Ana Tulia De Macedo	Eloy Terena	Jean-Pierre Ometto	Márcio Santilli	Rakel Caminha	Wilson Brumer
Ana Yang	Eryk Rocha	Joana Rennó	Marcos Da-Ré	Raissa Ferreira	
Andrea Azevedo	Estevão Monteiro	Joaquim Levy	Mariana Donatelli	Raul Jungmann	
André Guimarães	Everton Vargas	João Bernardo de Azevedo	Marina Esteves	Raul Silva T. do Valle	
André Nogueira	Fabio Cabral	Bringel	Marina Grossi	Rebecca Garcia	
Antonio Herman Benjamin	Felipe Faria	João Moreira Salles	Marina Martins Ferro	René Beuchle	
Armínio Fraga	Felipe Leal	João Paulo Ferreira	Mariano Cenamo	Ricardo Abramovay	
Bastiaan Reydon	Fernanda Rennó	Joênia Wapichana	Maritta Koch-Weser	Ricardo Daniel Pedroso	
Beatriz Narita	Fernando Nova da Costa	Johannes van de Ven	Marta DeVito	Ricardo Leal	
Bia Saldanha	Bringel	Joice Ferreira	Mônica Rezende	Ricardo Sennes	
Brendha Naibert	Flávio Dino	Jorge Viana	Mônica Sodré	Rinaldo Mancin	
Bruno Taitson	Flavio Penido	José Carlos Carvalho	Nabil Kadri	Roberto Klabin	
Bruno Varella Miranda	Floriano Pesaro	José Javier Gomez	Natália Demartino	Rubens Barbosa	
Cacau Guarnieri	Francisco Gaetani	José Roberto Marinho	Natalie Unterstell	Rui Machado	
Caio Magri	Gabriel Lui	Julia Sekula	Nelson Terres Naibert	Ruy Tone	
Candido Bracher	Gabriel Parsani Siqueira	Juliana Santiago	Nigel Purvis	Samuel Oliveira	
Cândido Pastor	Gabriela Carneiro da	Juliano Assunção	Nigel Topping	Sebastião Salgado	
Carlos Nobre	Cunha	Julie Dorrico	Nurit Bensusan	Sérgio Adeodato	
Carolina Torres Graça	Gabriela Savian	Karen de Souza	Oded Grajew	Sergio Andrade	
Carolina Genin	Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz	Karen Oliveira	Paula Sampaio	Sérgio Leitão	

O conteúdo apresentado neste documento não reflete a opinião pessoal ou as propostas dos indivíduos consultados ao longo do processo de desenvolvimento do presente documento

A elaboração e redação deste documento foi coordenada pela equipe que compõe a Secretaria Executiva da iniciativa **Uma Concertação pela Amazônia.**

Coordenação:

Livia Pagotto
Renata Piazzon
Roberto Waack

Equipe do Instituto Arapyaú:

Alan Rigolo
Rafaela Bergamo
Sabrina Fernandes
Thais Ferraz
Vinicius Elias

Consultoras:

Fernanda Rennó
Inaiê Santos
Layla Lambiasi

Fellows Instituto Arapyaú:

Francisco Gaetani
Izabella Teixeira
Marcello Brito

Revisão de texto

Mônica Manir

Tradução

Raymond Maddock

Projeto gráfico

Bruna Foltran

“O vale do Amazonas em futuro não muito remoto será um centro de civilização e o celeiro do mundo.”

(Humboldt)

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA